

ATA N.º 27/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2020:

No dia nove de dezembro de dois mil e vinte, pelas quinze horas e dez minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalves da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação – Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Iberdrola

PONTO 3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025

PONTO 4 – Mapa de Pessoal para o ano de 2021 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 5 – Candidatura do Centro Social de Quinta do Anjo ao PARES 3.0. – Compromisso do Município

PONTO 6 – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração – Aprovação final

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos na rede viária municipal - Adjudicação

PONTO 8 – Adesão do Município de Palmela ao Pacto Local para a Empregabilidade e o Empreendedorismo Jovem

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal

PONTO 10 – Abertura de Procedimento para Adjudicação de Contrato de Gestão de Eficiência Energética

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 24/2020, da reunião ordinária de 4 de novembro de 2020.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

— ATA n.º 25/2020, da reunião ordinária de 18 de novembro de 2020.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

— ATA n.º 26/2020, da reunião extraordinária de 25 de novembro de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Calado Gertrudes, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS E CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º1, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.11.2020 a 04.12.2020

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.11.2020 e 06.12.2020.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Águas e Serviços Urbanos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.11.2020 e 06.12.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.11.2020 a 04.12.2020, no valor de 2.378.496,03 € (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis euros e três cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 08.12.2020, apresenta um saldo de 11.663.383,38 € (onze milhões, seiscentos e sessenta e três mil, trezentos e oitenta e três euros e trinta e oito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.263.037,33 € (dez milhões, duzentos e sessenta e três mil, trinta e sete euros e trinta e três cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.400.346,05 € (um milhão, quatrocentos mil, trezentos e quarenta e seis euros e cinco cêntimos).

Informações / Assuntos diversos:

- **Adjudicada empreitada de beneficiação do logradouro da Escola Zeca Afonso** – O **Sr. Presidente** informa que foi adjudicada a empreitada de beneficiação do logradouro da Escola Básica Zeca Afonso por um valor global de 141.585,09€. A empreitada visa beneficiar os espaços de jogo e recreio daquela escola, onde está, neste momento, a terminar uma outra empreitada de remodelação da cozinha, do refeitório e zona do pré-escolar. No espaço do pré-

escolar, vão ser substituídos os equipamentos atuais e renovado o pavimento de segurança. No espaço destinado ao 1º ciclo, a areia da zona do equipamento existente vai ser substituída por pavimento de segurança, contínuo com relva. Vai ainda, ser instalado um segundo equipamento de grande dimensão com capacidade para 62 crianças, incluindo o respetivo pavimento de segurança, aumentando-se assim a disponibilidade de brinquedos e também vão ser criados pavimentos de transição entre os pavimentos de segurança e os espaços em terra natural com arborização.

• **Sinalização horizontal Volta da Pedra: CMP solicita presença da IP para verificação da situação** – O **Sr. Presidente** dá nota de uma situação que está a preocupar os munícipes residentes da Volta da Pedra e também a Câmara Municipal, que depois de várias insistências do município para a conservação e pavimentação de troços na EN 252, entre Pinhal Novo e Setúbal e na EN 379, entre São Gonçalo e Volta da Pedra, registou-se, com muito agrado que a IP-Infraestruturas de Portugal procederam a algumas beneficiações do pavimento, no entanto verificou-se que no âmbito dessas beneficiações, a sinalização horizontal efetuada no troço da Volta da Pedra, na EN 252, que no entendimento da Câmara Municipal e dos munícipes residentes naquela área está incorreta, ou seja, põe em causa as entradas e saídas de acesso direto às residências e estabelecimentos comerciais. Refere ainda, que havia sido prometido, na sequência de uma posição do Conselho Municipal de Mobilidade, que visava impedir as viragens para a Estrada das Serralheiras no acesso ao colégio privado que ali está edificado e manter o tracejado descontínuo no troço restante, situação que foi completamente invertida. Portanto, na segunda-feira, foram realizados contactos com a IP-Infraestruturas de Portugal que referiram que a intervenção estava incompleta, que foi interrompida por causa das atuais condições atmosféricas e, ainda falta fazer ali vários tracejados que permitem efetuar essas viragens para as residências, no entanto, se tal não acontecer, refere que a autarquia está em desacordo com a atual situação, porque não é a solução que foi preconizada. Aliás, o município solicitou a presença de técnicos da IP-Infraestruturas de Portugal no local para que possam esclarecer se aquela empreitada está ou não terminada e, não estando, de facto é preciso alterar a atual situação e também para perceber se há entendimento sobre um conjunto de propostas que o município fez, que também está relacionado com a ligação à interseção giratória na zona Aldi, que com as adequadas pinturas no pavimento de sinalização direcional indicando as localidades, promove uma melhor fluência do trânsito, portanto, pretende-se discutir no local as soluções que sirvam os interesses da população e que não ponham em causa um conjunto de acesso e direitos que, ao longo dos anos, foram sendo ali garantidos.

• **Prémio Autarquia + Familiarmente Responsável 2020** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e informa que o município de Palmela voltou a ser distinguido pelo

Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, na sua 12.ª edição, e pelo 4.º ano consecutivo, como "*Autarquia + Familiarmente Responsável 2020*", pelas suas práticas amigas das famílias, tendo sido premiada com a Bandeira com Palma, atribuída aos municípios que obtêm o prémio há três ou mais anos consecutivos. O trabalho desenvolvido em Palmela em áreas como a Educação, o Desporto ou a Intervenção Social, para além das medidas especiais no âmbito da pandemia COVID-19, revelam a atenção que o município presta às famílias, com vista à construção de comunidades mais justas e solidárias.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, Raul Cristovão e José Calado

• **Sinalização horizontal na EN 252, na Volta da Pedra – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que apesar do esclarecimento do Sr. Presidente sobre a situação da Sinalização horizontal na EN-252, na Volta da Pedra, mesmo sem conhecer o projeto, considera importante que o município se informe sobre a situação, para se perceber o que é pretendido fazer ali, de forma a compatibilizar duas situações, a facilidade de acesso dos moradores às suas habitações e a segurança rodoviária que numa estrada nacional é muito importante. Refere ainda que quando viu o tracejado contínuo, a primeira ilação que tirou foi que se pretendia que circulassem entre as duas rotundas quer para aceder ou sair das suas residências, que do ponto de vista da segurança rodoviária é provavelmente melhor, mas durante o pico de trânsito também é mais difícil, ou seja, está a colocar-se mais pressão naquele troço, tornando ainda mais difícil para as pessoas acederem às suas casas e também uma maior entropia no trânsito, mas acha que é importante perceber a razão daquela empreitada e ver se, de alguma forma, se consegue compatibilizar o interesse das populações com o interesse da segurança rodoviária.

• **Prémio Autarquia + Familiarmente Responsável 2020 – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** congratular-se pelo facto do município de Palmela ser, no 4º ano consecutivo, uma autarquia familiarmente responsável. Considera importante ter esse galardão e acha que muito contribui para esse galardão a questão do IMI familiar, que provavelmente se tivesse sido adotado mais cedo, este galardão teria sido atribuído há mais tempo.

• **Rua dos Ferroviários / Aceiro do Anselmo – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que esteve presente no local da obra que está a decorrer na Rua dos Ferroviários e teve a sensação que há a necessidade de esclarecer melhor um problema muito complexo relativo ao escoamento das águas pluviais e das diferenças de cotas de altitude entre os terrenos dos particulares com a via. Portanto, considera que é importante perceber se esse problema se

manterá no final da obra, mas, acima de tudo, resolver o problema, porque uma obra importante como aquela, de infraestruturação, é importante que seja uma obra bem-feita, que sirva toda a população e simultaneamente resolver o acesso aos aceiros, nomeadamente o acesso ao Aceiro do Anselmo que cruza com a Rua dos Ferroviários e que necessita urgentemente de obras, par além da falta de asfaltamento poderá sofrer também com o escoamento das águas pluviais. Refere que volta a falar deste assunto porque está a preocupar as pessoas que ali vivem e todos que ali transitam.

• **Rua dos Ferroviários / Aceiro do Anselmo – O Sr. Vereador Raul Cristovão**

cumprimenta os presentes e reitera as palavras do Sr. Vereador Paulo Ribeiro sobre a obra na Rua dos Ferroviários, porque também esteve no local e, de facto, há preocupações com o escoamento das águas pluviais e a forma como a obra está a se feita, ou seja, com a capacidade de descarga das tubagens, o numero de sumidouros, o levantamento da rua e as eventuais inundações que possa vira a acontecer nos quintais e garagens das pessoas que residem na Rua dos Ferroviários. Depois, também há a preocupação que esta obra possa ter no Aceiro do Anselmo, por onde passam várias linhas de água, algumas que até já têm tubagens que podem não ser legais e, por isso, considera que também deve haver ali uma intervenção conjunta e uma melhor explicação aos moradores. Considera ainda que deveria haver uma intervenção quer na Rua dos Ferroviários como também no Aceiro do Anselmo, pois, são ruas perpendiculares que, se houver um mau escoamento na Rua dos Ferroviários, vai certamente interferir na má qualidade do Aceiro do Anselmo que é onde passa uma linha de água que por sua vez, passa junto a terrenos que são sistematicamente alagados. Refere que ao longo dessa linha de água, pode observar algumas tubagens, provavelmente ilegais, por isso, considera que se devia ver esta questão como um todo e não apenas um ou outro caso, porque são terrenos facilmente inundáveis, é em zona de cheias frequentes e há, de facto, uma necessidade de explicar às pessoas e ver qual o melhor enquadramento da obra.

• **Sinalização horizontal na EN-252, na Volta da Pedra – O Sr. Vereador Raul**

Cristovão refere que é um problema grave e recorda que já foi discutido aqui várias vezes, aliás, o PS já apresentou uma proposta para um traço contínuo ao longo desse troço e que a circulação se fizesse entre ambas as rotundas, porque, de facto, para além do problema de segurança, é também um problema estruturante, neste momento, não podem falar em direitos adquiridos ou direitos por adquirir, uma vez, que quando foram construídas casas ali havia um menos afluência de trânsito, que atualmente é uma estrada nacional com acesso a uma autoestrada, com um imenso trânsito, os moradores também são muitos, o comércio continua a ser muito, nomeadamente a restauração e, de facto, o ideal seria aquele troço ficar da responsabilidade do município que tem uma maior capacidade de estar atento às populações e

articular com os investidores daquelas zonas do que propriamente, a IP-Infraestruturas de Portugal.

• **Prémio Autarquia + Familiarmente Responsável 2020 – O Sr. Vereador Raul Cristovão** felicita a autarquia pelo reconhecimento deste prémio, ainda há muito por fazer, mas é um importante prémio.

• **Acumulação de águas pluviais na Rua Monte Lagarto – O Sr. Vereador Raul Cristovão** alerta para um problema no acesso à Rua do Monte Lagarto, na interceção da EN 379-2, que tem um problema com a acumulação de águas pluviais e que apenas escoar para o interior dos quintais, porque a rua está mais alta que a maioria das casas. Por isso, considera que deveria ser feito ali um aplanamento daquele pequeno troço para que as águas possam escoar para o sumidouro que se encontra à beira da estrada nacional.

• **Construção de uma vivenda com problemas de legalidade – O Sr. Vereador Raul Cristovão** alerta para um problema levantado por moradores de Padre Nabeto, sobre a construção de uma moradia num lote que não existe na planta, está ligado ao lote 148 da Alameda de Macau, no sentido poente-nascente e que, segundo a planta que teve acesso, esse lote pertence a terrenos que foram cedidos pelo loteador para equipamentos públicos. Portanto, as pessoas contactaram levantando a questão do problema da legalidade, ou seja, se, de facto, esta obra pode ser ou não concretizada, se aquele terreno é ou não do domínio público.

• **Rua dos Ferroviários / Aceiro do Anselmo – O Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e em relação à Rua dos Ferroviários e o Aceiro do Anselmo, refere que também foi visitar o local e, considera que o problema também passa pela falta de diálogo, porque pelo que percebeu das pessoas com quem falou, estas pediam para falar com o vereador responsável sobre as obras que ali estão a ser feitas e que não têm tido essa possibilidade. Refere que não sabe se, de facto, isso tem acontecido, mas foi o transmitido pelas pessoas com quem falou. Refere ainda que essas pessoas alertaram para um problema que existe ali junto ao Aceiro do Anselmo e, sobretudo para a necessidade de falar com o vereador responsável, por isso, acredita que seja também um problema de falta de algum diálogo.

Às questões apresentadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o Sr. Vereador Raul Cristovão e o Sr. Vereador José Calado são dadas as seguintes respostas:

. Rua dos Ferroviários / Aceiro do Anselmo - O Sr. Vereador Adilo Costa esclarece que tal como os Srs. Vereadores estiveram no local, também esteve no local, mas quem falou com o Sr. Miguel Narciso foram os técnicos, porque coincidiu com a altura em que estiveram a analisar, sobretudo sobre a questão do Aceiro do Anselmo. Refere ainda que mantém o convite ao Sr. Vereador da CDU, mas que só pode ir consoante a sua disponibilidade, porque não é o único pelouro que tem, no entanto, salienta que teve o cuidado, por várias vezes, de estar presente e também falou com inúmeras pessoas, uma delas que está muito interessada, aliás é a Sra. cuja prima reside no extremo do lado direito da Rua dos ferroviários e, falou também com outra família que já esteve aqui em reunião de Câmara, o Sr. Mário Fernandes Rodrigues. Portanto, não há aqui nenhum desleixo do Vereador responsável, até porque este problema tem tido toda a atenção e que estão a ser encetados todos os esforços para o resolver. Em relação à falta de diálogo, poderá ter sido por uma questão de oportunidade, no entanto, destaca que o problema do escoamento das águas no Aceiro do Anselmo já se encontra resolvido e que era um problema, uma vez que, toda aquela zona não foi bem delineada, houve construções que não foram bem planeadas e agora, é preciso tentar abordar estas questões com o diálogo que for possível estabelecer, para que, tecnicamente se consiga uma solução adequada e ir ao encontro das pretensões das pessoas que ali residem. A obra consiste na pavimentação da rua, na criação dos órgãos de drenagem pluvial da mesma, tendo em conta o seu perfil e as cotas estão a ser respeitadas, porque a Rua dos Ferroviários desenvolve-se desde a cota 35-81 a nascente até cota 33-71, que estão completamente de acordo com o cadastro, com uma inclinação de nascente para poente e, cujo projeto das obras pluviais considerou a drenagem da secção transversal ao arruamento para escoar essas águas e não levar as águas para as bacias hidrográficas, aliás, neste caso, há ali uma linha de água a tardo das casas situadas na Rua dos Ferroviários, para onde deveria, ser de facto, escoada as águas pluviais. Depois, também há ali um conjunto de outros problemas que é preciso ter atenção e que é necessário analisar com prudência e de forma pacífica, sobretudo quando pode dar azo a alguns conflitos entre moradores e também na sua relação com a autarquia, portanto, pretende-se que haja ali um consenso.

Depois, refere que para além de ter sido resolvido o problema com o cruzamento com o Aceiro do Anselmo, foi solicitado à equipa projetista para rever a situação, porque na obra, já se abriu mão da possibilidade de abrir uma ligação da parte dos logradouros que esteja impermeável para a rua, onde podia ser feita essa ligação, porém, os moradores querem mais, pretendem também uma ligação da parte do terreno que é permeável, por isso é preciso estudar essa possibilidade, sendo que é uma situação mais complexa em relação ao caudal. Portanto, esclarece que para satisfazer todos os moradores, estão a estudar com a equipa projetista para rever o projeto, mesmo sabendo que existe esse problema do caudal, mas ainda assim, tentar atender as pretensões, naquilo que for possível executar. Também considera positivo que os Srs. Vereadores da oposição tenham visitado o local, mas realça que também foi ao local como

vereador responsável, contudo esclarece que para o Aceiro do Anselmo não foi prometida qualquer obra para este mandato, aliás, ao concorrer no “Eu participo” ficou atrás do Aceiro do Miranda, que ganhou e foi contemplado, no entanto, numa outra altura, num outro mandato da CDU, é possível que o Aceiro do Anselmo venha a ter o problema da pavimentação resolvido. Em suma, refere que assim que a situação da obra na Rua dos Ferroviários esteja controlada, o município irá intervir no Aceiro do Anselmo para tentar corrigir alguns dos problemas que foram ali identificados.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** acrescenta que deveria ser feita ali uma limpeza das linhas de água, porque há linhas de água que estão quase fechadas e, se forem limpas possibilitam um maior escoamento de águas, portanto, também é preciso que os particulares façam algum trabalho, para manter essa linha de água limpa, de forma a melhorar o escoamento das águas pluviais.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que tem de haver um compromisso comum.

O **Sr. Presidente** relativamente a esta matéria refere que tem havido diálogo, sobretudo quando há interlocutores que querem debater e procurar um esclarecimento, sem ter de inflamar discussões desnecessárias, porque o objetivo do município é fazer obras que satisfaçam os munícipes. A obra na Rua dos Ferroviários foi uma obra muito reclamada e recorda que na última reunião pública descentralizada na localidade de Lagoa da Palha, foi a obra mais referida e o município está a cumprir os compromissos que assumiu com a população daquele local. Depois, há questões técnicas que são ultrapassáveis e outras nem por isso, cruzam-se com questões de natureza legal, até mesmo na questão da limpeza das linhas de água, que é necessário aferir, porque é sabido que os proprietários não cumprem, mas, ainda assim, o município também está pronto para intervir, desde que os proprietários permitam o acesso aos terrenos, porque essa é outra questão, uma vez que existem ali pessoas com sensibilidades diferentes, sobretudo em relação a uma eventual intervenção nas suas propriedades.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_27-20:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições nomeadamente para apoio às medidas de combate à propagação da doença por COVID19.

Considerando a impossibilidade de reunir o Executivo em tempo útil, propõe-se que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique a aceitação da doação que a seguir se discrimina:

AMCOR FLEXIBLES NEOCEL, Embalagens Unipessoal Lda. Quinta da Marquesa IV, 966, 2950-557 Quinta do Anjo NIF: 500137650	Medidas de combate à propagação da doença COVID19	Equipamento de Proteção Individual no valor de 500 euros Toucas – 117,50 € Tapa sapatos – 101,90 € Manguitos/pernitos – 118,00€ Viseiras – 162,60 € (quinhentos euros)
---	--	--

Mais se informa que a presente doação perfaz a quantia de 500,00 € (quinhentos euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Iberdrola.

PROPOSTA N.º GAP 02_27-20:

«A empresa Iberdrola Renewables Portugal, SA, com o NIPC 506442586, com sede social na Av. da Liberdade, nº180, 6º, 1250-142 Lisboa, apresentou um Pedido de Informação Prévia (PIP) para instalação de uma Central Solar, sita em Pinhal das Formas, Quinta do Anjo, com a designação de Central Fotovoltaica do Conde.

De referir ainda que se trata de uma Central que vai ocupar uma área de 28ha, e terá uma potência de ligação à rede de 10MVA, prevendo-se uma produção anual de 20GWG e de um investimento na ordem dos 7 milhões de euros.

Em 30/09/2020 a Câmara deliberou emitir declaração de Interesse Económico e Social para a instalação daquela Central.

Nessa sequência, a empresa contactou os serviços no sentido de proceder à oferta da instalação de uma unidade fotovoltaica de eletricidade, para produção de energia para

autoconsumo, num equipamento municipal a indicar pela Câmara e a instalação de 5 postos de carregamento elétrico para viaturas, em local a indicar.

Esta doação vem ajudar a responder aos objetivos do PAESP (Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela) e consequentemente ao PNEC2030 (Plano Nacional de Energia e Clima), permitindo reduzir os consumos de energia proveniente de fontes não limpas.

Face ao exposto, proponho que a Câmara aceite a referida doação, pela empresa Iberdrola Renewables Portugal, SA, consubstanciada na assinatura do protocolo de doação/colaboração de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cuja minuta se anexa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_27-20:

«A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano é a primeira a ser elaborada de acordo com as regras do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), o que, para além de outros acertos de pormenor, introduz diversas inovações no conteúdo e na estrutura dos documentos previsionais, de que se destaca:

- A plurianualidade dos orçamentos da Receita e da Despesas;
- A identificação das fontes de financiamento das ações inscritas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Municipal (PAM), e sua percentagem;
- A inclusão de demonstrações previsionais.

Com este novo referencial contabilístico para as entidades do subsector da administração local, é revogado o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com a exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Trata-se de um primeiro ensaio na elaboração dos documentos previsionais de acordo com as novas regras, sendo expectável a existência de algumas insuficiências, que só a experiência permitirá corrigir. Em alguns aspetos será também necessário que a tutela clarifique e melhore o quadro técnico e legal de elaboração destes documentos, em particular na projeção plurianual da receita (ao contrário do ano de exercício, em que se aplicam as regras do POCAL, não está

legalmente fixado o método de estimativa da receita para os anos subsequentes), e na elaboração das demonstrações previsionais, para as quais ainda permanecem indefinições de natureza metodológica e mesmo legal (o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais é omissivo quanto a estes documentos), para além da inexistência de suporte informático para a sua produção.

Do ponto de vista programático o Orçamento para o ano económico de 2021 dá sequência e conclui o ciclo de gestão autárquica iniciado em 2017, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem os compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado pelos eleitores para o quadriénio 2018-2021, acrescidos de outros entretanto considerados prioritários, na sua maioria resultado das escolhas efetuadas pelos municípios no âmbito do processo «Eu Participo». Ainda no plano programático o ano de 2021 encerra o quadro comunitário em vigor, «Portugal 2020», estando prevista a conclusão de um significativo volume de investimentos candidatados, a maioria já em fase de execução.

Em termos financeiros as expectativas para 2021 são menos otimistas do que nos anos anteriores, em que se verificou um crescimento consolidado das receitas próprias do município, com expressão modesta no início do ciclo económico (em 2015), e um aceleração nos últimos anos (2018 e 2019). O motivo da mudança de ciclo e de quebra das expectativas resulta da crise económica gerada pela pandemia do Covid-19, cujos efeitos nas finanças municipais já se fizeram sentir em 2020, sendo expectável um agravamento em 2021.

As consequências nas finanças do município desta nova crise económica estão amplamente descritas no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», concluindo-se, apesar de tudo, por uma visão otimista assente em dois pressupostos: o controlo da pandemia com a consequente retoma da atividade económica; o efeito positivo dos programas comunitários em preparação – o novo quadro comunitário de apoio, «Portugal 2030», e o Programa de Recuperação e Resiliência. Ainda assim, importa sublinhar que se vive um contexto de enorme incerteza, sem paralelo na história recente da humanidade, que a dimensão da crise económica é ainda desconhecida e poderá agravar-se, o que certamente comprometerá a eficácia dos planos de recuperação em preparação na União Europeia e no país.

Apesar deste contexto adverso, o orçamento inicial de 2021 tem um crescimento face ao de 2020, na ordem dos 15,8 %, o qual resulta, em grande medida da conjugação de três fatores: (1) a aplicação da regra da média dos 24 meses favorece a estimativa da maioria das receitas próprias do município, por efeito do bom desempenho de 2019; (2) duas das receitas com comportamento mais favorável – a derrama e a participação no IRS – reportam à tributação de 2019, ano anterior à atual crise; (3) estão contratados e já inscritos em orçamento dois empréstimos bancários cuja execução será muito relevante em 2021.

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a oferta de novos benefícios sociais

e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

No capítulo da despesa mantêm-se as expetativas que uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município seja absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento, acima da taxa de inflação, dos preços de alguns bens e serviços; crescimento exponencial de alguns bens e serviços, caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões, promoções e reposição do valor das horas extraordinárias.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2021, num aumento da capacidade de autofinanciamento, torna-se necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar investimentos na rede viária municipal, no valor de 3,1 milhões de euros.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que em 2021 entraremos num novo ciclo económico, marcado por grande incerteza e perspectivas de quebra acentuada do PIB; existe contudo a expetativa de uma rápida recuperação, caso se consiga controlar a pandemia e se concretizem os programas de financiamento em preparação na União Europeia;
2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de uma saúde financeira invejável no atual quadro nacional, estando por isso melhor preparado para enfrentar as dificuldades que se avizinham.

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 54,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 15,8% relativamente ao orçamento inicial de 2020 e menos 6,7% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora parte do saldo de gerência de 2019).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 23,7 milhões de euros, registando um aumento de 4,7%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (43,3%). O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável no IRS e participação do IVA) totalizam 9,4 milhões de euros e representam 17,1% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 1,8 milhões de euros, representa 3,2% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 10 milhões de euros, representa 18,2% do total das receitas, registando um acréscimo de 0,3% relativamente a 2020.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 45,7 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 54,8 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020» e de transferências do Estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central a executar pelo município, bem como da inclusão de verbas provenientes da utilização de dois empréstimos contratados. As despesas com investimento situam-se nos 14,4 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 31,3 milhões de euros (57,1%), dos quais 14,4 milhões correspondem a investimento (46%);
- Pessoal: 21,6 milhões euros (39,5%);
- Despesas não imputadas às GOP: 1,9 milhões euros (3,4%).

As despesas com Pessoal aumentam 5% relativamente ao orçamento inicial de 2020.

As despesas não imputadas às GOP sofrem um acréscimo de 9,3%, face aos documentos previsionais iniciais de 2020.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2021.

Ata n.º 27/2020
Reunião ordinária de 09 de dezembro de 2020

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	23 727 395,00	43,3%	Pessoal	21 618 561,00	39,5%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	12 252 551,00	22,4%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	1 771 935,00	3,2%	Encargos Correntes da Dívida	192 379,00	0,4%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	2 495 619,00	4,6%
Transferências Correntes	9 909 205,00	18,1%	Subsídios	780 000,00	1,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	9 977 994,00	18,2%	Outras Despesas Correntes	394 100,00	0,7%
Outras Receitas Correntes	40 000,00	0,1%			
Total Receitas Correntes	45 441 533,00	83,0%	Total Despesas Correntes	37 733 210,00	68,9%
Venda Bens de Investimento	1 768,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	14 813 902,00	27,0%
Transferências de Capital	4 372 855,00	8,0%	Transferências de Capital	293 069,00	0,5%
Passivos Financeiros	4 954 887,00	9,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 936 514,00	3,5%
Total Receitas de Capital	9 329 512,00	17,0%	Total Despesas de Capital	17 043 485,00	31,1%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%			
Total Receita	54 776 695,00	100,0%	Total Despesa	54 776 695,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 7,7 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 5,8 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 45,8 milhões de euros, dos quais 31,3 milhões com financiamento assegurado, aumentando 25,2% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2020 e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	2021		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	5 670 638	3 560 358	2 110 280
Serviços Gerais da Administração Pública	3 534 194	3 015 264	518 930
Segurança e Ordem Públicas	2 136 444	545 094	1 591 350
Funções Sociais	26 834 544	20 247 344	6 587 200
Educação	5 187 331	4 124 681	1 062 650
Saúde	224 825	124 825	100 000
Segurança e Ação Social	1 278 769	1 122 269	156 500
Habituação e Urbanismo	1 736 215	1 536 565	199 650
Ordenamento do Território	70 293	25 793	44 500
Saneamento	6 262 425	4 584 825	1 677 600
Abastecimento de Água	1 857 882	1 244 882	613 000
Resíduos Sólidos	3 716 514	2 434 914	1 281 600
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 439 449	1 992 949	446 500
Cultura	2 294 693	1 554 643	740 050
Desporto, Recreio e Lazer	1 766 148	1 500 998	265 150
Funções Económicas	11 107 025	5 389 325	5 717 700
Indústria e Energia	2 502 752	1 917 752	585 000
Transportes e Comunicações	7 452 665	2 654 665	4 798 000
Comércio e Turismo	1 006 650	747 350	259 300
Outras Funções Económicas	144 958	69 558	75 400
Outras Funções	2 166 535	2 076 185	90 350
Total	45 778 742	31 273 212	14 505 530

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025. »

Introdução do Sr. Presidente referente ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2021-2025, que se transcreve na íntegra:

"O Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2021-2025 perspetivam o final do atual Mandato e definem linhas de futuro, assentes num projeto de continuidade que procura reforçar vetores estratégicos de trabalho, já em implementação no terreno. Por um lado, o encerramento do Portugal 2020, com a conclusão de um importante conjunto de ações, em áreas que se estendem desde a regeneração urbana à mobilidade ou ao desenvolvimento de comunidades desfavorecidas, e a preparação de novos projetos a candidatar para o horizonte 2027. Por outro, o cumprimento de todos os Compromissos de Mandato, aos quais têm vindo a ser

adicionados outros, por via dos processos "Eu Participo!" - em diálogo aberto com as populações, agentes locais e trabalhadoras/es do Município – e um forte empenho na conclusão e/ou renovação das redes de infraestruturas do Concelho, do saneamento à rede viária.

Com perspetivas de crescimento condicionadas pela situação económica mundial e com grandes dúvidas face ao comportamento da receita nos próximos anos, ainda assim, o Orçamento 2021 cresce 15,8% face ao inicial de 2020 (+ 7,5 ME), num total de 54,8 ME. O valor afeto às Grandes Opções do Plano regista um acréscimo de 25,2% (+6,3 ME), cifrando-se nos 31,3 ME e, aqui, a maior fatia corresponde, uma vez mais, às Funções Sociais, que agregam as áreas relativas à prestação de serviços básicos às populações – o saneamento, a educação e os resíduos sólidos estão no topo das prioridades. É de realçar a manutenção da capacidade de autofinanciamento do Município, essencial para o acesso a fundos e candidaturas e para alavancar investimento no território.

De forma transversal e assente nas parcerias locais, nacionais e transnacionais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável norteiam a estratégia municipal, para responder aos desafios atuais e de longo prazo, afigurando-se indispensável o reforço das redes de parceria, a mudança de paradigmas económico e sociais e a rápida adaptação às alterações climáticas. O processo de revisão da Carta Educativa, a implementação da Estratégia Local de Habitação, a discussão pública do Plano Diretor Municipal, a celebração de um contrato de gestão de eficiência energética, a entrada em vigor da nova concessão de transporte público rodoviário, a conclusão do POMAR – Plano Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente ou a construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas são exemplos de ações concretas que traduzem um olhar atento e transformador sobre uma realidade em rápida mudança.

A partir do Projeto Educativo Local, de ações como o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar "Eu Conquisto o meu Sucesso" ou o PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, da participação em projetos como a "Network for the Role Models", de vários fóruns de participação cidadã ou das políticas para a Igualdade de Género, o Município é facilitador de laços entre as instituições locais, a comunidade educativa e a população em geral, para a construção de um território cada vez mais inclusivo, onde é bom viver e onde há espaço e suporte para o sucesso escolar, para a educação ao longo da vida, para o envelhecimento saudável e ativo. De igual modo, o investimento na cultura, no património, no desporto e no lazer refletem o compromisso com a qualidade de vida, com o desenvolvimento harmonioso das comunidades e com a preservação da identidade local.

A postura séria, propositiva e de partilha de responsabilidades com a Administração Central tem permitido solucionar problemas antigos no território. Com a conclusão, para breve, de empreitadas como a "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo" ou a Regularização da Ribeira da Salgueirinha, o Município assegurou, já, o

compromisso relativo à construção do novo Posto para a GNR em Poceirão, avançou com o projeto para o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela e está confiante numa solução para a construção de uma nova Unidade de Saúde em Quinta do Anjo.

A pandemia alterou prioridades e colocou um travão na trajetória ascendente de setores como o turismo e a restauração. Mesmo com a retração de receitas, o Município assume a opção política de manter o caminho de alívio fiscal e apoio às famílias - que mereceram a atribuição, uma vez mais, do galardão "Autarquia + familiarmente responsável" – e continua a propor à tutela medidas concretas de apoio e redirecionamento de fundos comunitários. Desde o primeiro momento, a prioridade foi para as pessoas, com medidas de proteção da saúde e da segurança, e o acompanhamento permanente da situação. A atenção foca-se, também, em apoios sociais de emergência, na promoção dos produtos locais e do comércio tradicional, na valorização das artes e da cultura, na comparticipação de investimentos do movimento associativo, da rede social e dos agentes de segurança e proteção civil.

Internamente, várias empreitadas em edifícios e equipamentos municipais partilham o propósito de beneficiar e adaptar espaços aos novos usos e expectativas, tornando-os mais seguros, confortáveis e eficientes energeticamente. Terão continuidade a renovação da frota de viaturas e máquinas e o esforço de contratação para reforço das equipas, indispensável para responder aos atuais desafios e à assunção de novas competências, já a partir de janeiro. Saúde ocupacional, formação, comunicação interna e modernização administrativa são mais algumas áreas a incrementar e que concorrem diretamente para a valorização das pessoas, para o estímulo da participação ativa na vida da organização e para a prestação de um serviço público cada vez mais qualificado e próximo das populações.

FUNÇÕES SOCIAIS

Aqui estão refletidas as áreas de intervenção mais diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas das cidadãs/ãos, que correspondem a 64,7% das GOP, num total de 20,2 ME (+28,4% face a 2020).

Educação

Qualificação do Parque Escolar

A beneficiação do Parque Escolar é uma aposta de continuidade, e concluído o ciclo de obras encetado no início do mandato, perspetiva-se, já, um importante conjunto de novas intervenções, com destaque para a requalificação das EB Lagoa da Palha e Algeruz-Lau e do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), para uma segunda fase de ampliação da EB Cabanas e para a construção de uma nova escola básica em Palmela. Serão retiradas as coberturas em fibrocimento das EB 2,3 José Maria dos Santos (Pinhal Novo) e Hermenegildo Capelo (Palmela) e será dada especial atenção à conservação e substituição de equipamentos de espaços de jogo e recreio. Em parceria com o Ministério da Educação, o Município

promoverá a construção do Pavilhão Desportivo para a Escola Secundária de Palmela, continuando a reivindicar igual equipamento para a EB José Saramago (Poceirão).

Apoios Socioeducativos

No ano letivo 2020/2021, o Município continua a ir além das suas competências nos apoios socioeducativos, mantendo e/ou reforçando um conjunto de medidas com reflexos consideráveis na economia familiar. Além dos transportes escolares, do Programa de Alimentação Escolar, do regime da Fruta Escolar, da oferta dos cadernos de atividades ou dos auxílios económicos diretos, são de destacar a implementação do reforço alimentar, a atribuição de 30 Bolsas de Estudo e o novo projeto "Vamos à Piscina", que complementa o "Aprender a Nadar" com aulas de natação fora do contexto escolar.

A relação com as escolas é determinante para uma estratégia educativa de sucesso e o Município continuará a fortalecê-la, quer por via do Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos, que com projetos próprios como o "Fantasiarte", a Receção à Comunidade Educativa ou o Guia da Oferta Educativa. Em fase de conclusão, o Plano de Combate ao Insucesso Escolar "Eu Conquisto o meu Sucesso" continuará a capacitar docentes e auxiliares, a envolver as famílias e a otimizar as aprendizagens, proporcionando novas experiências e horizontes.

Saúde

A entrada em funcionamento da Viatura Médico-Social, no âmbito da ação PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, protocolada com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, é uma importante novidade, que terá impacto junto das populações mais isoladas, em particular, no que respeita à informação e prevenção.

Segurança e Ação Social

Num momento particularmente frágil, com alterações profundas ao nível do emprego e da situação económica das famílias, considera-se prioritário o Atendimento Social, o reforço da Rede Social do Concelho, a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, bem como a distribuição do Cabaz Solidário Saudável, como complemento ao cabaz do Banco Alimentar Contra a Fome. O Município tem apoiado as IPSS, aos níveis financeiro, logístico e técnico, e reconhecendo a importância e urgência do alargamento e reabilitação dos equipamentos sociais e das respostas disponíveis no Concelho, mantém o esforço de cedência de terrenos e acompanhamento de candidaturas ao tão reivindicado programa PARES 3.0.

Projetos de referência para a população de idade maior, como o "Clique sem Idade", o "50+ Programa de Exercício", o "Viver Melhor, Viver com Autonomia" ou o "Outubro Maior", são um contributo para o envelhecimento ativo, saudável e em casa, e o serviço de Teleassistência revelou-se uma preciosa ajuda para as famílias, em tempo de pandemia, sendo mais uma das apostas a aprofundar.

Habitação e Serviços Coletivos

Habitação

Neste campo, destaca-se a implementação da Estratégia Local de Habitação, que visa criar respostas para carências identificadas, a par da gestão e requalificação do parque habitacional do Município.

Centro Histórico

A reabilitação do edificado é um objetivo comum a todas as áreas urbanas do Concelho, com especial incidência no núcleo mais antigo da vila de Palmela. Com o desenvolvimento da Operação de Reabilitação Urbana, a revisão em curso do Regulamento do FIMOC (Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela) e a aprovação de reduções em sede de IMI, o Município estimula a dinamização económica, cultural e habitacional desta área. É de referir, também, a reabilitação de edifícios marcantes da vila, como os Paços do Concelho e o seu Salão Nobre, já em curso, e a Capela de S. João, ou a beneficiação contínua do espaço público.

Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

A necessidade de proceder a um novo estudo de (re)delimitação da REN bruta do Município, fruto de alterações legais, e de aprofundar matérias, na sequência de uma primeira avaliação, colocam a discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal em 2021, ano em que se prevê dar início ao Plano Municipal de Redução do Ruído, ao Estudo de Delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias e a estudos urbanísticos para zonas estratégicas na proposta de PDM, bem como à primeira fase das obras de urbanização da Unidade de Execução de Aires. Mantém-se o incentivo à dinamização dos processos de reconversão urbanística em curso, com vista à sua conclusão e consolidação do território.

Saneamento

Com conclusão prevista para junho de 2021, a Regularização da Ribeira da Salgueirinha é um dos projetos centrais neste setor, com impacto na qualidade de vida das populações e no ecossistema. Mas o ano será marcado por duas empreitadas de grande dimensão e elevada complexidade técnica - as redes de drenagem do Portal Branco até Setúbal (seguida da expansão para Miraventos e Quinta Tomé Dias) e o sistema de Cajados. Estão em conclusão, a rede de esgotos da Lagoa da Palha e o projeto de execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas para várias ruas da Carregueira/ Abreu Grande (Pinhal Novo).

Entretanto, o Município dará continuidade ao caminho de correção ou reforço de infraestruturas em loteamentos inacabados pelos promotores ou que tiveram génese ilegal. São de assinalar mais uma fase de infraestruturização na Lagoinha, o início faseado da infraestruturização nos Olhos de Água e Quinta do Canastra/Terrim, a construção do sistema elevatório de águas

residuais domésticas na Quinta dos Farias (Pinhal Novo) e uma nova empreitada na urbanização Val'Flores (Pinhal Novo).

Abastecimento de Água

Neste setor de atividade, priorizam-se a garantia da excelente qualidade da água da rede pública do Concelho e a gestão eficiente do sistema. São de realçar o trabalho de expansão e remodelação da rede, com intervenções em todas as freguesias, a conclusão da remodelação de nós na rede de Pinhal Novo norte – Bairro Sul Ponte, e a implementação do Sistema de Controlo de Perdas de Água em Palmela.

Resíduos sólidos e Limpeza Urbana

Em 2021, o projeto-piloto de recolha de resíduos porta-a-porta expandir-se-á noutros bairros das freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo, e passará a contemplar, também, biorresíduos (cuja recolha dedicada motivará um estudo, com vista à implementação futura de uma rede para valorização). No combate à deposição desregrada e criminosa de resíduos, e a par das ações de sensibilização e fiscalização, o Município reforçará ações especiais de limpeza, para eliminar focos de poluição, e o investimento na renovação da frota de veículos de recolha, na mecanização da higiene urbana e na adoção de métodos e equipamentos mais eficientes e sustentáveis.

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza

A promoção da sustentabilidade e a proteção do meio ambiente são objetivos transversais, integrados na estratégia municipal e plasmados em projetos de todos os setores, da Regularização da Ribeira da Salgueirinha às intervenções nas encostas do Castelo de Palmela e do Outeiro, passando pela recolha seletiva ou pela eficiência energética. O desenvolvimento do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (no âmbito de uma candidatura conjunta com os municípios da Arrábida e na sequência da aprovação do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas) é uma das ações a sublinhar nos próximos meses, a par do aprofundamento dos projetos Eco Famílias e Eco Empresas.

O espaço público continuará a ser alvo de especial atenção, conjugando zonas verdes e de lazer com estacionamento ordenado e a promoção da mobilidade suave. A segunda fase da reabilitação do Jardim José Maria dos Santos e o Largo da Mitra (Pinhal Novo) e a beneficiação do Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide), do Jardim de Cabanas e de espaços verdes em Palmela e Aires são algumas das ações a evidenciar.

No âmbito do bem-estar animal, o Município continuará a aprofundar as parcerias com associações de defesa dos animais, a instalar novos abrigos para gatos e a aplicar o programa de controlo de natalidade/esterilização. Pretende-se, ainda, ampliar o CROA e criar um parque canino.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

Cultura

Num contexto particularmente difícil para o setor da Cultura e das Artes, o Município definiu, como referência para 2021, uma estratégia de cultura pública que valoriza os recursos locais, a cooperação e a promoção da inovação e economia do setor.

O Castelo, palco de excelência para múltiplas iniciativas e importante foco de atração ao Concelho, vê criadas as condições para acolher uma nova dinâmica de programação, concluídas as empreitadas de acessibilidades (PRARRÁBIDA – CAFA) e de intervenção nas encostas. Um colóquio de História Militar, o curso sobre Ordens Militares e as Jornadas Internacionais de Arqueologia "Amanhar a Terra" têm destaque na programação anual da área do Património, bem como um ciclo de ações em torno da figura de Hermenegildo Capelo. A par da conclusão da revisão do Programa Museológico, o Município abrirá as portas d'A Estação – Museu Municipal, para aprofundar, com a população, a memória e o conhecimento sobre as raízes ferroviárias de Pinhal Novo.

A requalificação das Bibliotecas e pólos da Rede Pública, com obras e a implementação de novos processos de aproximação aos leitores e ações de animação do livro e da leitura, são objetivos para 2021. O sucesso da formação para a comunidade será potenciado com o aprofundamento de nova e diversificada oferta.

No campo da valorização da rede de equipamentos culturais municipais e espaços de partilha com a comunidade, são centrais os investimentos previstos para a requalificação do Monte do Francisquinho (Pinhal Novo) e do Centro Comunitário de Águas de Moura.

No primeiro semestre de 2021, Palmela acolherá cerca de duas dezenas de espetáculos com artistas locais, no âmbito do programa MURAL 18, que envolve os 18 municípios da AML, e oferta de formação e programação por via da participação na ARTEMREDE. O plano de ação "Palmela é Música" continuará o seu caminho de investigação, divulgação e promoção da música, com novidades como o Festival Folk e uma homenagem à Música e aos Músicos.

Em ano de FIG – Festival Internacional de Gigantes, a partilha de experiências, o cruzamento de culturas e expressões e a preservação de rituais tradicionais convidam à (re)conquista do espaço público e ao convívio, objetivados, também, em iniciativas como as Janeiras, a Queima do Judas, as Noites da Fonte, as comemorações do 25 de Abril ou os encontros de Folclore e de Cante Alentejano.

A relação com o movimento associativo e outros agentes é determinante para a prossecução do desenvolvimento local, pelo que estes laços continuarão a estreitar-se, com apoio à atividade e à realização das festas populares e projetos de parceria como o Dia Mundial do Teatro, o Mês da Música ou a(s) Semana(s) da Dança, ou espaços de reflexão e debate como o Fórum Associativismo."

Juventude

O trabalho com o público jovem reflete-se em toda a atividade e é construído em parceria, a partir do Conselho Municipal de Juventude e de outros fóruns de participação juvenil e das suas associações. Apesar das restrições à normal prossecução de projetos de referência, como o Concurso de Bandas Amadoras de Palmela e o "Março a Partir", o Município e as entidades parceiras estão a procurar reinventar as iniciativas. Concursos de fotografia, arte urbana, artes plásticas e poesia pretendem ser um incentivo à criatividade e ao desenvolvimento artístico. Os CRJ – Centros de Recursos para a Juventude continuarão a ser polos de animação, convívio e formação para esta faixa etária.

Desporto, recreio e lazer

A conclusão da requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão alargará o leque de equipamentos desportivos e de lazer ao dispor da comunidade. De igual modo, terão continuidade intervenções nos Espaços de Jogo e Recreio e polidesportivos do Concelho. O trabalho de proximidade com o movimento associativo permitirá continuar a alavancar a dinâmica desportiva, com apoios à atividade e à melhoria das instalações.

A par dos programas de desenvolvimento desportivo em várias modalidades, a promoção do Desporto enquanto potenciador de formação cívica, saúde e bem-estar estará patente em programas para as diversas faixas etárias, da população escolar ("Aprender a Jogar", "Jogos Desportivos Escolares" e, em parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo, o novo "O Ciclismo vai à Escola") à população sénior ("Viver Melhor, Viver com Autonomia" e "50+ Programa de Atividade Física"), sem esquecer a comunidade em geral ("Mexa-se em Palmela"). Numa vertente mais competitiva, para participar ou contactar com o mundo do desporto de elite, o calendário anual contará com iniciativas como a Pinhal Novo Night Run, o Palmela Trail, o "Trilhos do Javali" – Palmela Run, os "Trilhos das Vinhas", a S. Silvestre "Trilhos da Marateca", o Montanhão Trail Running ou a Clássica da Arrábida.

No âmbito da ação PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, será implementada uma Pista de Check-Up em Quinta do Anjo, para avaliação individual da forma física e saúde.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As Funções Económicas englobam os setores da indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, e correspondem a 17,2 % das GOP, com uma dotação global de 5,3 ME (+ 53,04% face a 2020).

Indústria e Energia

Esta é uma das áreas mais diretamente associadas ao esforço de adaptação ao novo paradigma ambiental e de resposta aos compromissos assumidos pelo Município, em matéria de combate às alterações climáticas. De forma transversal, dar-se-á continuidade à promoção da transição para energias renováveis e tecnologias amigas do ambiente, sendo de sublinhar a progressiva

instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo e injeção na rede, a modernização da frota com veículos elétricos, a instalação do módulo de otimização de bombagem de águas (Palmela) e a celebração de um contrato de gestão de eficiência energética para a rede de Iluminação Pública do Concelho. No âmbito da política de captação de investimento, continuarão a estabelecer-se parcerias com empresas que pretendem instalar projetos ligados à produção de energias renováveis, colaborando na concretização dos investimentos e procurando otimizar os benefícios para a comunidade.

Transportes e Comunicações

Os objetivos de promoção da mobilidade sustentável traduzem um forte ciclo de investimento, com expressão em várias frentes. Desde logo, na melhoria das redes de transportes públicos, com o caminho iniciado em 2019, por via do passe intermodal na Área Metropolitana de Lisboa, a registar um forte impulso em 2021. A implementação da nova concessão de transporte público rodoviário representará, para o Concelho de Palmela, um incremento de 148% no serviço (o maior da AML), com novos percursos e reforço de ligações. Para favorecer a intermodalidade, o Município continuará a criar estacionamento junto a hubs de transportes e a melhorar acessibilidades. A rede ciclável conhecerá, em 2021, importantes acréscimos, sendo de referir os troços Portal Branco – Setúbal, Quinta do Anjo – Cabanas, Aires – Estação ferroviária de Palmela e "rotunda da Makro" – S. Gonçalo (no âmbito da empreitada HUB-10 – beneficiação da Estrada dos Quatro Castelos). Esta empreitada inclui, também, pavimentação e drenagem pluvial e é, aliás, uma das intervenções a destacar no campo da beneficiação permanente dos cerca de 950 quilómetros de rede viária municipal. É de referir, ainda, o conjunto de 17 novas empreitadas de pavimentação/repavimentação, num investimento superior a 3 ME.

Comércio e Turismo

O Município está empenhado no combate aos retrocessos provocados pela pandemia e tem apostado, desde o primeiro momento, no reforço das redes de parceria, na promoção de produtos e serviços e na implementação de apoios. Este caminho terá continuidade em 2021, com ações como a qualificação e dinamização dos Mercados de Produtores Locais, o aprofundamento da campanha de marketing "Palmela, o que seria da vida sem a viagem?" e o desenvolvimento do calendário anual de atividades, como o Palmela Wine Jazz, a Feira Medieval de Palmela, o "Viva o Natal no Município de Palmela", o Fórum Turismo, o programa "Palmela, Experiências com Sabor" ou a primeira edição do Arrábida Walking Festival. A abertura da Janela da Arrábida de Palmela, no Espaço Fortuna Artes e Ofícios, o lançamento do Caminho de Santiago em Palmela e a marcação de novos percursos pedestres são algumas das ações que aliam a valorização do património natural e cultural e o turismo sustentável.

OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais

O Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão são eventos determinantes na estratégia de promoção dos valores endógenos e apoio à produção local. São, também, muito importantes no âmbito da Política de Alimentação Urbana, preconizada pelo Pacto de Milão, ao qual o Município aderiu. A este propósito, são de referir, igualmente, as comemorações do Dia da Agricultura e do Mundo Rural, a conclusão do POMAR – Plano Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente e o Plano de Ação para a Valorização da Maçã Riscadinha.

Emprego e Empreendedorismo

Nesta área, destacam-se a abertura da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo, a adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e o Empreendedorismo e a promoção de oportunidades internacionais de negócio junto das empresas do Concelho, no âmbito da Enterprise Europe Network.

OUTRAS FUNÇÕES

Continuará em prática o processo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, iniciado há muitos anos e com bons resultados, decorrentes da experiência de negociação e avaliação. Em simultâneo, será preparada a entrada em vigor do Decreto-Lei que concretiza a transferência de competências dos municípios para as freguesias.

Na área da cooperação transnacional, o Município está fortemente empenhado na sua participação na Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento e procurará estreitar laços com os municípios parceiros, nomeadamente, em Cabo Verde, no âmbito das áreas técnicas e, também, no contexto do programa "Palmela é Música".

De forma global, a defesa de valores como a Solidariedade, a Paz, a Justiça e a Liberdade continuarão a pautar a ação do Município de Palmela, na sua relação com outros territórios e instituições, no seu dever formativo e pedagógico junto da comunidade e na sua ação concreta e quotidiana, em prol do desenvolvimento sustentável do Concelho de Palmela."

Sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025, numerada DAFRH 01_27-20, intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** agradece a exaustiva explanação sobre o orçamento que é um documento complexo, sobretudo, porque este ano, com a migração para o Sistema Nacional de Contabilidade e, por isso, reconhece a dificuldade e o empenho dos trabalhadores da autarquia, pois é, sempre, complicado, fazer um orçamento plurianual com todas estas vicissitudes, não só pela situação em que se vive, mas também, com a implementação deste novo sistema Nacional de contabilidade. Depois, considera que este orçamento começa por traçar um cenário muito

pessimista e que até acaba por coincidir com a realidade, porque tem muito a ver com a pandemia que atravessam e com as implicações económicas e sociais que isso acarreta, com muitas correes e com base em leis e teoremas de economia mais gravosos, mas depois demonstra otimismo quando começa a mostrar, que graças ao trabalho do município, porém, muito do que aqui se muda, na realidade está relacionado com o que não se mudou no passado, por exemplo, um crescimento das receitas de 15,8 %, assinalado pelo Sr. Presidente, onde passam a ter receitas na ordem dos 54,776 milhões, portanto, um crescimento que se deve ao passivo financeiro, no valor de 4.954 mil euros que decorre do facto, de no ano passado, no orçamento para 2020 não ter nada previsto e, atualmente, está com quase 5 milhões de euros. Depois, verifica que há uma subida de 98,6 % resultante de taxas, multas, coimas e outras penalidades passando a um valor de 1.771.000 €. No entanto, questiona, se a autarquia considera que, durante o ano de 2021 vai arrecadar muito dinheiro com coimas e outras penalidades ou, então, vai deixar de ter alguns apoios nas taxas, nomeadamente algumas isenções que foram dadas durante o período da pandemia que estão a viver e que vai ter um efeito, seguramente até ao 2º ou 3º trimestre de 2021, por isso, não compreende de onde resulta esta subida de quase 100% nas taxas, coimas e outras penalidades. Relativamente à despesa, nomeadamente a despesa com pessoal, sobe 5% face a 2020, mas o peso que esta despesa com pessoal tem no orçamento diminui, ou seja, se tinha um peso de 43% em 2020 passa a ter um peso de 39,5 %, que apesar de poder estar relacionado com as aquisições de bens de capital, onde se verifica um aumento de 78,7%, ou seja naquilo que é a capacidade de investimento, que aparenta tratar-se de muita obra nova que a autarquia vai fazer, mas, na realidade, são obras prometidas desde o início do mandato, algumas delas até do mandato anterior e, portanto, entre o orçamento inicial e dos vários orçamentos e das revisões orçamentais, verifica-se um adiamento que aparenta um grande crescimento, mas que é sempre o mesmo valor que vai transitando de orçamento para orçamento. Em relação às GOP, regista-se um aumento de 25 % face a 2020, mais 24 milhões de euros, mas, também aqui é igual, porque em 2020, quer o orçamento, quer as GOP, tiveram um valor mais baixo deste mandato, aliás, 2018 e 2019 tinham um valor maior, por isso considera que é para parecer que, este ano, por ser ano de eleições, se vai fazer tudo o que não se fez durante 3 anos de mandato, portanto, imperou, como é habitual, a comparação como orçamento de 2020, porque era o mais baixo de todos e, parece que vai ser em 2021 que tudo vai ser feito. Portanto, mais uma vez, tudo o que aqui se disse é um engodo para parecer que vão fazer muita obra, quando, na realidade, são as mesmas que estão constantemente prometidas, nomeadamente a obra do edifício dos Paços de concelho que estava prometida desde 2016, ou seja, na área das funções gerais, afinal, a obra só começou em 2020 anos e terminará em 2021. Depois, nas viaturas municipais, fala-se muito da descarbonização e relativamente à questão das viaturas elétricas, que é uma boa medida, mas ainda só mencionam cerca de uma dúzia de viaturas municipais e 2 bicicletas, que apesar de ser um bom começo, sobretudo quando o Sr. Presidente falou na futura aquisição de viaturas de recolha de lixo mais amigas do ambiente,

recorda que quando apresentou esta questão, referiram, na altura, que não era possível. Por isso, questiona quando este documento menciona na aquisição de viaturas de transporte escolar e de apoio, se são novas ou se são aquelas que em 2020 estavam prometidas, nomeadamente que 2 viaturas de 9 lugares e 3 viaturas de 21 lugares. Relativamente à informação e comunicação que é um assunto que, naturalmente preocupa o Sr. Presidente e preocupa a maioria, sobretudo, num ano de eleições, porque, obviamente pretende-se mostrar obra feita, porém, o texto que está no orçamento reproduz "*ipsis verbis*" o texto de 2020. Em relação à questão da segurança realça um aspeto relevante, o Posto Territorial da GNR de Poceirão que, em boa hora, espera que seja uma realidade, porque é uma obra bem-vinda e necessária, não só para aquela corporação da GNR, como também para aquelas populações. Relativamente às funções sociais, chama a atenção, uma vez que na última reunião falou na questão da CPCJ, por isso questiona o facto de a CPCJ ser importante para as questões sociais e para as crianças e jovens mais desprotegidas, considera que devia haver uma palavra no orçamento, na área da ação social e na Educação, para a situação que a CPCJ vive atualmente e que da parte da autarquia se pretende fazer. Depois, relativamente a algumas obras, a nova Escola Básica de Palmela já vinha referida, nos mesmos termos, em 2020, mas quando olham para este orçamento, só existe disponibilidade financeira para 2023, também a Escola Básica Joaquim José de Carvalho estava referida, nos mesmos termos, em 2020, tal como a Escola Básica Zeca Afonso também já era prometida em 2020 e era uma das que estava prevista no 1º orçamento deste mandato, portanto, em 2018. A questão relacionada com o pavilhão da Escola Secundária de Palmela mantém-se idêntica ao anterior orçamento. Em relação ao Centro Histórico da vila de Palmela, apesar de todas as inovações que o Sr. Presidente frisou muito, chama a atenção de outra questão, o texto centro histórico do orçamento para 2021 em igual ao texto do centro histórico do orçamento de 2020. Relativamente à questão do Ordenamento do Território, considera que é importante iniciar a discussão sobre o PDM em 2021, que tem sido uma questão prometida todos os anos, apesar de reconhecer que não é uma discussão fácil terminar um documento que tem uma abrangência e importância, sobretudo, com as constantes alterações legislativas, mas não sabe se num ano eleitoral será o melhor ano para se discutir serenamente essa matéria, mas, é um facto, que essa discussão tem de ser feita. Na área do saneamento, realça a conclusão da obra de regularização da Ribeira da Salgueirinha, tal como as duas grandes empreitadas, a obra da rede de drenagem de Portal Branco e a obra do sistema de Cajados que, também já em 2020 eram mencionadas nos mesmos termos, ou seja, como sendo uma grande obra para aquele ano, mas apesar de já estarem adjudicadas, é referido que neste documento que irão realizar-se para o ano. Sobre o abastecimento de água, a questão do sistema de controlo de perdas de águas em Palmela volta a ser falado nos mesmos termos que foi falado em 2020, portanto, gostaria de perceber melhor em que fase em como esta questão está e em relação às questões do Ambiente, também algumas já estavam mencionadas em 2020 e mantém-se na mesma. A obra do Largo da Mitra já data de 2018, o mesmo em relação à 2ª fase da reabilitação do Jardim José Maria dos Santos, a beneficiação do

Jardim Ferreira da Costa e do Jardim de Cabanas que, também eram questões que estavam colocadas no orçamento de 2020, exatamente nos mesmos termos, tal como a requalificação do Monte Francisquinho que aparece referida na área da cultura, mas acha que esta obra está entre a cultura e a ação social e vai passando de um lado para o outro, tal como a obra do Centro Comunitário de Águas de Moura que também já estava prometido em 2018. Relativamente à juventude, fala-se na reabilitação de equipamentos afetos à juventude, mas depois quando vão à parte financeira adstrita à juventude, não consta nada e que pareceu que o Sr. Presidente deu a entender que seria se o Centro Comunitário da Águas de Moura e, portanto, serve para várias funções. No desporto, a conclusão da requalificação do polidesportivo de Poceirão é mencionado na proposta, mas no orçamento, não vê a verba para o mesmo, provavelmente terá sido uma falha na observação do documento. Em relação às funções económicas, salienta a questão importantíssima da nova concessão dos transportes coletivos do município, que irá ter efeitos só no final do ano, mas é importante e que vai ter custos, naturalmente para o município. Depois, dá conta de algumas questões que não conseguiu entender, ou seja, no documento do orçamento é referido a beneficiação de 950 quilómetros de rede viária municipal, dando a ideia que a autarquia vai intervir em todo o lado, no entanto, considera que vai ser aquilo que é referido habitualmente pelo Sr. Presidente, quando refere que não é possível chegar a todo o lado, porque o concelho tem 950 quilómetros de rede viária municipal, por isso alerta para este texto, uma vez que pode parecer uma promessa e que, depois os “malandros” dos vereadores da oposição vou apontar que não se fez. Depois, são referidas 19 empreitadas de beneficiação ou requalificação, mas na introdução é referido os tais 900 quilómetros de rede viária e duas dezenas de obras e por isso questiona se é alguma gralha no texto. No entanto, quer sejam elas 17, 19 ou 20 empreitadas, não está neste documento com uma verba definida e são muito poucas aquelas que já têm verba definida e que, mesmo assim, não é a verba total, talvez por se tratar de uma questão que dependa do empréstimo, mas, ainda assim, não é suficiente. Depois, para finalizar, sobre a questão do comércio e turismo, considera que o ano 2021 merecia mais e melhor nesta área, até porque a área da economia está a passar por muitas privações, desde em 2020 e passará a outras tantas em 2021, portanto, esta área, tal como a cultura e a restauração e comércio, são os sectores que mais estão a sofrer com esta pandemia, pelo que não se percebe no orçamento, aquilo que a autarquia quer dar para a retoma da atividade, para o impulsionamento da atividade económica do concelho, recordando que voltam a falar na abertura da incubadora de empresas, no Pinhal Novo, exatamente nos mesmos termos que se falava em 2020, portanto, já em 2020 se dizia que iria abrir, mas ainda não abriu.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes, agradece a explicação de todo o documento, parabeniza toda a equipa que trabalhou neste documento tão grande e de tão grande importância e refere novamente que este documento deveria ser enviado com mais antecedência para que pudessem analisar da forma merecida porque, no fundo, este é um

documento basilar para tudo o que é feito pela autarquia. Portanto, dentro do que foi possível analisar, o PS apresenta 3 ou 4 questões e uma análise feita de forma dividida, ou seja, irá fazer uma abordagem mais abrangente. Refere ainda que, sem querer repetir o que já foi referido pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o enquadramento político orçamental deste documento, o PS considera curioso porque, durante 4 anos, tiveram um enquadramento orçamental que mencionava uma recessão que iria acontecer a nível económico, a nível europeu e mundial, havia sempre uma recessão que estava ao fundo do túnel e que, por isso, era necessário ter cautela em todos os investimentos que existissem, mas este ano, curiosamente, quando se prevê que 2021 seja um ano bastante complicado a nível económico europeu e mundial, aqui está na proposta de orçamento, uma visão otimista da economia, porque, tudo indica que pandemia vai acabar e que vão ter um plano de reestruturação e resiliência e, por isso, 2021, é o ano ideal para investir sem qualquer cautela. Efetivamente, as receitas do município têm crescido de forma sustentada desde 2011 e, de facto, pode ver-se facilmente em todos os gráficos que são apresentados, apesar de continuar a ter algumas repetições, situação que concorda com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, porque já não fazem sentido, ou seja, uma situação é ter as receitas sustentadas do município, ao longo de vários anos, e fazer referência no texto, ao ano 2008, ano em que parece que houve um bicho papão e, por isso, é preciso ter muito cuidado. Refere que já passaram 13 anos e que já não faz qualquer sentido este tipo de análise, nem a nível económico, nem a nível contabilístico e já o ano passado referiu que não faz sentido, até porque há efetivamente esta consolidação das receitas, que é de saudar o município e por isso, considera que não vale a pena estar a voltar 13 anos atrás, para dizer que poderá vir a acontecer outra vez uma recessão nas receitas, elas têm aumentado de forma sustentada e essas receitas permitem que a autarquia tenha as contas como tem, com um aumento de receitas que não é equiparável ao investimento que poderia e deveria ter sido feito ao longo destes 4 anos. É um orçamento que tem saltado de ano para ano e, por isso, está nos montantes que está e, neste momento, tudo vai acontecer no ano 2021, mas isto são as opções políticas de quem está no poder e não seriam decerto as do PS. Relativamente às despesas, observam também um crescimento linear, que está de acordo com a inflação e do PIB, havendo apenas uma exceção na parte das despesas capital que apresenta um crescimento maior, mas também por força das candidaturas aos programas comunitários vão incidir maioritariamente, como já viram, no ano 2021. No entanto, para o ano 2021 estão a falar de um investimento previsível que vai rondar os 22,2 milhões de euros, um investimento que é importante realçar que só é possível graças aos apoios comunitários e aos apoios do Governo Central, a famosa "bazuca" que irá resolver isto tudo, mas repete que 22,2 milhões de euros é o valor mais alto em investimentos, desde o ano 2006, e como consequência deste investimento desmesurado que vai acontecer em 2021, vão ter uma quebra do saldo de gerência, como nunca antes foi vista nesta autarquia, de 10,4 milhões de euros em 2020, para pouco mais de 1 milhão de euros em 2021, uma quebra de mais de 9 milhões de euros. Portanto, irá ser a herança de quem ficar a governar esta autarquia no próximo mandato

e, esta é uma das razões pela qual, este documento deve ser analisado de forma muito cuidada, porque estes valores estão nas entrelinhas deste documento. Esta previsão e esta política de investimento que está a ser feita só mostra que efetivamente, não há um planeamento estratégico de investimentos que deveria haver nesta autarquia e que tem de existir e que deveria ser assente numa linha contínua daquilo que é e não é importante para o concelho e não apenas ser vista de 4 em 4 anos e, por isso, foi referido, todos os anos, pelo PS que não havia investimento e que as obras estavam a ser projetadas ano após ano e, este aglomerado de investimento para o ano 2021 só é inexplicável e decerto que não vai responder àquilo que os municípios aspiravam e que queriam que tivesse acontecido durante 4 anos, ou seja, que as obras fossem feitas de forma paulatinamente e de acordo com as necessidades que vão surgindo. Portanto, considera que é, sem dúvida, um orçamento de final do mandato, marcado pelo investimento desmesurado em todas as suas vertentes e, obviamente, que o PS não se revê nesta política, porque acredita que os municípios necessitam de políticas anuais e não apenas de 4 em 4 anos, por isso, o sentido de voto do PS irá ser o de abstenção.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não vai centrar-se tanto nos aspetos macros que já foram referidos pela Sra. Vereadora Mara Rebelo, mas, no que diz respeito a atividades e, nomeadamente àquilo que parece que o ano de 2021 sugeria que deveria ser mais específico e com menos aspetos de continuidade, ou seja, com mais adaptação às necessidades dos municípios e não se trata da bazuca, mas trata-se de perceber o que, em Palmela, é possível fazer. Refere que, diariamente, são bombardeados com uma série de apoios que outras autarquias têm dado, nomeadamente ao comércio e ao turismo e, aqui frisa o comércio local, seja por cheques num valor de 5 euros ou vouchers aos alunos das escolas, enfim, trata-se de injeções de poucas dezenas de milhares de euros que são efetuadas no tecido económico local e que têm um impacto profundo para o nível de receita que estes pequenos negócios têm e, portanto, nesta questão específica, mais do que esperar pela bazuca, deve-se pensar- devemos pensar no que é possível adiantar e, neste caso, é uma opção que a autarquia possa tomar, não de investir neste sentido, mas de prescindir de alguma receita em termos de apoios, nomeadamente em relação à ocupação de espaço público e à água, que são duas situações distintas, sendo que é óbvio que são dois tipos de apoio, mas, um capitaliza e o outro não, porque, por vezes, é um valor que é absorvido rapidamente, sendo que um motiva o município a criar dinâmicas de consumo local que, muitas vezes, não existem, aliás, há concelhos deste país que as pessoas estão a descobrir o comércio local, muito por força da proximidade das autarquias, no entanto, é opinião do PS que deve-se desligar um pouco desta leitura que a CDU faz a régua e esquadro, sobretudo, entre o que é o poder central e o poder local. Há zonas que são claramente cinzentas e que do ponto de vista das pessoas, não lhes interessa se são centrais ou locais e, ainda mais insignificante sobre a questão de onde é que vem o apoio. Portanto, neste sentido, este é um aspeto de diferenciação, uma vez que no comércio e no turismo não é sentido, em termos do orçamento definido., um orçamento que traduza ideias

mais específicas de apoio junto dos negócios e junto das pessoas. A única ação que se vislumbra em relação à questão do emprego, também poderia e deveria ter uma abordagem com uma abrangência de investimento maior e se a primeira era a incubadora de empresas, que ao fim de tanto tempo que a incubadora demora, quando nascer, já nasce idosa, porque tem acompanhado esta questão da incubadora e espera que tenha muito sucesso, porque tem estado muito difícil, seja por questões das obras ou por outras questões e, é um aspeto que para os jovens e negócios que estão a formar-se, poderia ter uma importância estratégica, é uma situação que está a arrastar-se no tempo. Depois, em relação ao emprego, o único aspeto relevante, tem sido a ligação que se faz à Enterprise European Network que é um portal criado desde 2008 e que simplifica a atividade, o acesso à informação e também capacita os negócios para a intervenção no mercado económico europeu e fora dele, mas tirando esta questão, não se vislumbra mais nada. Depois um outro aspeto essencial em relação a 2021 e os impactos da pandemia, essencialmente sobre o que deveria ser específico em termos de uma adaptação, um esforço e até de uma opção da autarquia relativamente ao investimento que se vê na ação social, o único aumento que se verifica é aquele que resulta da incorporação do apoio aos projetos das IPSS, mas tirando isso, estão na mesma linha de funcionamento para o setor da Câmara à volta dos 200 mil euros. Acrescenta que já sabe que lhe vão referir os apoios indiretos que estão contidos noutras rubricas, que em abono da verdade, a autarquia tem vindo a melhorar na contabilidade analítica, mas considera que ainda há um longo caminho a fazer e para incorporar esta questão da contabilidade analítica, é preciso olhar objetivamente para aquilo que está disposto no orçamento e que se traduz numa ideia, portanto, refere-se aquilo que é específico para a área e que só pode emanar desta área de trabalho e, nesse aspeto, não se vislumbra. Depois, em relação a outras situações, refere que tem algumas questões, sobretudo, sobre o balcão digital, no qual continua a haver um conjunto de boas intenções genéricas, mas não consegue ver a eficácia de um balcão digital nesta autarquia, aliás, tem havido dificuldades nos acessos telefónicos, mas, ainda assim, mantendo essa forma como o atendimento prioritário que, certamente, capta mais volume, mas considera que há um atraso de mais de uma década, porque em todos os outros locais, o atendimento telefónico tem vindo a cair em função do que permite digital que é, por vezes a resposta completa a um pedido sem ter de haver uma interação direta de um funcionário. Depois, refere que o PS não concorda com o fecho da questão da sustentabilidade dos serviços de água saneamento e recolha de lixo, o aumento do preço que, em termos de gestão, é óbvio que tem vindo a ser feito, otimizando e modernizando os serviços municipais, traduzindo melhores investimentos e reduzindo custos, mas aproveita para dar um exemplo em relação aos resíduos e ao potencial com uma proposta que acredita que a autarquia irá acolher, ou seja, a instalação de uma rede que permita abordar um território inteligente, por exemplo, na recolha de resíduos permite que as viaturas só vão aos contentores que têm efetivamente lixo quando, atualmente têm em pratica um modelo com circuitos definidos que em termos de custos e desgaste dos equipamentos, traduziria uma otimização o projeto, tal como o projeto referente às perdas de

água que está obviamente, otimizado, e, portanto, no sentido da otimização, a questão do aumento do preço não pode ser uma questão que esteja fechada. Em relação à questão da Educação, o PS continua com a expectativa, mas não vislumbra novidades em relação à suplementação e com o agravar da crise, será uma medida que terá a sua utilidade certamente e, em relação à retoma da Janeiras e Queima do Judas, PS concorda com o envolvimento dos agentes culturais de uma forma progressiva, mas considera que é de otimismo pensar que podem fazer as Janeiras como eram feitas ou quaisquer outras atividades culturais de rua, porque algumas não podem ser feitas em sistemas virtuais, mas, ainda assim, reconhece que há ideias muito boas e são surpreendidos, mas todas estas atividades municipais, no fundo, vão estar em sincronia com a postura que tem sido tomada pela autarquia em relação ao cumprimento das regras e ao discernimento do que é ou não possível fazer. Por fim, em relação à informação do documento, deixa um reparo, uma vez que é referido que estão a substituir a monda química, porque já foi substituída desde 2019, ou seja, estão a praticar uma monda biológica, há cerca de dois anos que resulta de um investimento pesado por parte da autarquia, mas que traduz um investimento em termos ambientais.

O **Sr. Vereador José Calado** agradece a exposição que o Sr. Presidente fez sobre o orçamento e agradece aos Vereadores da oposição as perguntas que efetuaram em relação ao orçamento. Refere ainda que também teve muito pouco tempo para se debruçar sobre o documento, uma vez que, nestas matérias, normalmente precisa de apoio das pessoas que o rodeiam e não tiveram muito tempo para poder analisar o documento em profundidade, contudo, as questões que foram colocadas anteriormente são pertinentes e, de certa forma, seriam questões, que também o MIM iria colocar em relação ao orçamento. Depois, chama a atenção do Sr. Presidente que, das propostas que o MIM, ao longo deste mandato, tentou que o executivo implementasse no terreno, nenhuma delas foi até à data implementada, como por exemplo, a viatura de apoio às populações na União de Freguesias de Poceirão e Marateca, o IMI para os bombeiros, que também ainda não foi implementado e, como tal, até demonstra perplexidade quando foi sugerido para apresentar alguma proposta até segunda-feira, que naturalmente, o MIM não fez, até por uma questão de protesto, porque se as propostas que foram apresentadas, ao longo do mandato, não foram implementadas, sobretudo aquelas que já referiu e cuja redução do IMI, se calhar, este ano iria ajudar os bombeiros a lidar melhor com a crise que o país está a passar e também, na questão das populações do Poceirão, Marateca que têm mais dificuldades em se deslocar aos centros de saúde. Portanto, em relação ao orçamento, naturalmente que é um orçamento diferente dos anos anteriores, porque é um orçamento para um ano de eleições e, salienta que não se trata de uma crítica, porque, qualquer partido político que esteja no poder, em altura de eleições, serve-se do que tem à mão, para poder ir buscar votos. Depois, refere que este orçamento apresenta uma quantidade de obras que, provavelmente algumas não chegarão a ser terminadas, mas cuja intenção é, nitidamente fazer um orçamento para o ano no qual que decorrem eleições.

O **Sr. Presidente** em relação à intervenção do Sr. Vereador José Calado revela estupefação porque ambas as propostas estão em implementação, aliás, esclarece que sobre a questão da isenção do IMI, o regulamento foi aprovado em abril e estão a ser encetados esforços junto dos comandos dos bombeiros para que façam chegar informação sobre os bombeiros que têm, de facto, direito a essa isenção, para que ainda durante este ano, fazer a introdução no portal das Finanças relativamente a quem deve vir a ser beneficiado, portanto, é uma medida que está aprovada e não pode dizer que não está implementada. Por isso, considera que é injusto referir que há aqui algum incumprimento de uma boa medida que foi defendida por muitas bancadas. Quanto à viatura, esclarece que está em fase de aquisição, teve de ser efetuado um novo procedimento porque é uma viatura que tem de ter uma adaptação de uma cabine e para além disso, tanto este processo como outros, têm vindo a ser afetados pelas circunstâncias atuais, sobretudo, por causa dos problemas na contratação pública, atrasos nos procedimentos, nas dificuldades das empresas para fornecer peças e outras questões similares, mas, isto faz parte da explicação que irá dar relativamente ao conjunto de algumas empreitadas que sistematicamente se prolongam mais do que seria desejável. Recorda mais uma outra proposta que o MIM fez relativa ao asfaltamento, por exemplo, na Rua da Lagoa da Lagoa da Palha de acesso ao parque de campismo que está presente no processo do empréstimo e que vai ser feita e nem estava inicialmente no programa de mandato, portanto, considera que o Sr. Vereador José Calado deveria congratular-se pelo facto de algumas das suas propostas terem sido acolhidas como, aliás, tem sido feito em relação às opiniões da oposição e dos munícipes.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e ao exercício de interpretação que fez sobre as taxas de urbanismo, taxas, multas e outras penalidades, chama a atenção para a existência de um novo classificador, no qual passa a estar tudo concentrado, nas taxas multas, multas e outras penalidades, ou seja, este novo classificador obrigou a juntar aquilo que antes estava em duas rubricas. Relativamente às que ainda não foram executadas, de facto, os /as Srs./as. Vereadores/as podem continuar na tese de orçamento para orçamento, fazendo referências dessa natureza, mas salienta que é preciso perceber que existe um ciclo de candidaturas a fundos comunitários que iniciou-se no mandato anterior, no qual o município e bem, posicionou-se no pacto da AML para um conjunto de candidaturas que têm estado a ser executadas ao longo destes anos e algumas vão estar terminadas em 2022 e, outras, possivelmente vão ter de ser relançadas para a fase seguinte de 2022 a 2027. Aliás, o próximo quadro comunitário nem vai chegar aos 50%, não ultrapassará os 40% o que significa um esforço muito superior para os municípios, portanto, o conjunto de obras destas candidaturas tinham de estar inscritas em orçamento e plano, com verbas e com estes nomes, porque estavam no pacto, tinham de estar para poder-se candidatar. Depois, algumas obras, pelo seu grau de complexidade, são obras plurianuais que, geralmente demoram na prática, dois e três anos, portanto, é perfeitamente normal e seria preferível que tudo andasse mais depressa, para colocar em prática outras obras que já estão equacionadas. Realça ainda que todos os

compromissos que estão num compromisso de mandato e muitos mais do que esses, a partir do momento em que foram prometidos às populações e que estão inscritos no plano para fazer, vão ser feitos e, acrescenta que é do conhecimento dos/as Srs./as. Vereadores/as que na contratação pública tem havido problemas, por exemplo, na obra dos Paços do Concelho tiveram 9 meses para iniciar a obra, porque a empresa não tinha uma equipa de especialistas para iniciar a obra. E, relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço que apresentou a questão da eficiência energética por eleitoralismo, esclarece que era desejo do executivo ter este assunto resolvido, mas quando a autarquia está há dois anos com problemas em tribunal por causa do concurso, naturalmente que este tipo de situações demora mais do que previsto.

Refere ainda que a oposição pode fazer as inferências que entender porque, obviamente, tem de fazer o seu papel, que é um papel, naturalmente, fiscalizador também com direito a proposta e com direito à diferença, mas não podem falaciosamente, omitir que todos estes processos têm problemas e nem sempre decorrem como gostariam, até porque não está nas mãos do decisor político fazê-lo avançar mais depressa ou mais devagar, no entanto, garante que tem sido feito o possível e o impossível para fazer avançar as obras. Depois, refere que não se trata de deixar estas questões para o ano de eleições, porque embora alguns digam que os políticos são todos iguais, na verdade em todas as autarquias, quer no início e no fim de um mandato há sempre um índice maior realização, mas não podem esquecer o conjunto de obras que já estão feitas e concluídas. Portanto, o fundamental é as obras que estão no terreno, que são obras necessárias e vão ser feitas e alguém tem de ter a coragem para as fazer avançar. Sobre a comunicação ser igual, esclarece que a comunicação tem de dar resposta às necessidades de comunicação e planos de comunicação daquilo que é a atividade da autarquia, portanto, irá ter um novo quando houver dinheiro e uma candidatura para o efeito, mas, de resto, a comunicação tem de dar resposta aos clientes internos, nas várias unidades orgânicas, na promoção e divulgação das suas ações e aos clientes externos, aliás, a comunicação trabalha imenso para clientes internos e externos e está a ser feita com recursos próprios, que devia ser valorizado, em vez de comprar, estão a rentabilizar os quadros e o pessoal técnico com a sua dedicação, empenho e conhecimento para evitar que o município adjudique serviços ao exterior nestas e noutras matérias.

Relativamente às viaturas a gás, esclarece que grande parte da maquinaria de trabalho, a questão da mobilidade elétrica, *"é para inglês ver"*, ou seja, existem ofertas de carrinhas elétricas pequenas para recolha de monos e outras, mas que não servem, porque na realidade, são necessárias viaturas com tonelagem superior, porque comparativamente ao ano anterior, a tonelagem recolhida tem aumentado, aliás, nem o novo outsourcing está a conseguir cumprir as metas, portanto, é um facto, que é necessário fazer essa opção, mas existem circuitos que têm de ser feitos por veículos capazes para o efeito. Acrescenta ainda que a inovação da frota automóvel da autarquia está a ser feita e, ao contrário do que foi dito, quando se fala em mais

viaturas de transporte escolar tem de ver, de facto, com um plano as viaturas de 21 lugares que já estão em funcionamento há algum tempo, as viaturas 16 também e as viaturas de 9 também já foram entregues, mas, porque há outras que já estão a atingir a idade limite para os transportes escolares, têm mesmo de ser substituídas e foi aí que foi dada prioridade. Relativamente ao polidesportivo do Poceirão, tratou-se de um lapso de leitura, porque se consultar a página 102, consta 300.000€ que corresponde a cerca de metade, porque a obra ainda está a decorrer. Na área social, quando a autarquia substituir a Segurança Social pode vir a ter um orçamento só de Segurança Social, mas o município não é a Segurança Social, tem trabalho reconhecido nessa área de trabalho e, mais uma vez, esclarece que trata-se de uma área que é transversal a várias áreas, contudo, cada vez há mais investimento nesta área, aliás, quando a autarquia passar a ter em funcionamento o Gabinete de Apoio à vítima, como querem obrigar a autarquia a fazer também os atendimentos sociais, irá haver verba, seja para fazer por administração direta ou para entregar às IPSS, tal como a Segurança Social faz atualmente. Mas de facto, não é assim porque nesta área, o município tem atribuições e competências reduzidas e de natureza diferente, portanto, não se pode fazer o comparativo em termos percentuais e de volume financeiro, como é feito. Portanto, esta leitura dos números não pode ser feita dessa forma e devem tomar mais atenção aos resultados. Relativamente às obras, reitera que não se trata de uma questão de ciclos eleitorais, nem deixar para o último ano, tudo isto tem de ver com programação. Refere ainda que em 2016 era necessário marcar território e desde 2017 até à data que se esperava pela abertura do concurso, aliás, atualmente, na inovação, emprego e empreendedorismo que tem verbas no pacto, à espera que criem a medida de investimento, abriu zero, portanto, as obras para a incubadora era para ser paga por essas verbas, bem como um conjunto de formações que estavam programadas com parceiros internacionais e com empresas do concelho, mas o Governo, em relação a essa matéria, limitou-se a desviar a verba para outro lado e, por essa razão, ficou parado. Considera que é preciso ter um pouco de entendimento sobre a forma de como funcionam estes processos das candidaturas a fundos e dos empréstimos, para perceber, porque é que estas questões se prolongam e se dilatam.

Refere ainda que, de uma maneira geral, as outras questões não foram questões, mas sim, apreciações, opiniões e interpretações diferentes, mas aproveita, sobretudo, para refutar algumas considerações e esclarecer outros aspetos que, de facto, o que está a ser trabalhado no plano, tem uma grande margem, não só de elevada concretização até o final de mandato, sem, no entanto, referir que haverá um conjunto de obras e empreitadas que, por diversas circunstâncias, vão encontrar na contratação pública dificuldades de empresas, de mão-de-obra. Portanto, são questões de mandato que passam de mandato para mandato e interessa às pessoas, sobretudo, ver o problema resolvido e à autarquia realizar as obras com que se comprometeu, aliás, teria sido possível avançar com maior rapidez, se não houvesse constrangimentos, mas existem situações que não dependem da autarquia, como as questões

ligadas aos concursos desertos, atrasos demasiado prolongados em emissões de pareceres externos, as dificuldades das empresas face a este período pandémico. De facto, quem realmente trabalha nestas questões, tem a noção que é preciso ultrapassar muitos obstáculos para conseguir implementar e, é um volume de obra, que em quantidade e em investimento como nunca houve no concelho e, naturalmente, há questões que se atropelam, há condicionalismos que contribuem para que não esteja tudo feito a tempo e horas, mas isso também serve para dar algum tempo de antena à crítica.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que não acredita que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro venha referir que a autarquia está a aplicar a lei de Murphy e que qualquer situação que possa correr mal ou que correu mal, no pior momento, portanto, refere que este orçamento demonstra otimismo e vontade de acreditar no futuro, sobretudo neste momento de crise que todos estão a passar, e não faz qualquer sentido dizer que haveria um propósito deste executivo utilizar a crise para cumprir o orçamento. Ninguém esperava uma crise desta dimensão, mas refere que é preciso ultrapassar esta crise e olhar para o futuro e acredita que este orçamento olha para o futuro. Em relação às obras prometidas e de toda essa conversa, terá de ser no final do mandato que esse julgamento deve ser feito e este executivo e nessa altura podem então ver se foi ou não feito aquilo que estava no programa de mandato, se foi ou não cumprido, aliás, existem dados que demonstram isso. Em relação à questão das despesas com pessoal, que subiu 4,97%, acredita que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro defenda o mesmo que este executivo municipal que é o investimento na qualificação do pessoal que, durante muito tempo, não receberam e que merece, neste orçamento, esse apoio, sobretudo, ligado ao seu bem-estar, qualificação que vai desde as alterações obrigatórias ao reposicionamento remuneratório e um investimento em novos postos de trabalho, sobretudo na área operacional nas escolas, que foram buscar ao mapa daqueles que não entraram na 1.ª fase, para os integrar e também já está a decorrer um outro concurso para assistentes operacionais, portanto, todas estas questões implicam custos. Depois, em relação às viaturas municipais, esclarece que as 2 viaturas de 9 lugares e os 3 miniautocarros de 21 lugares já estão em atividade e está prevista a chegada de 5 viaturas de 9 lugares em 2021. Em relação aos 3 miniautocarros, revela que foi uma tormenta, porque a empresa que ganhou o concurso estava a querer dar “gato por lebre”, tal como aconteceu com as viaturas de 9 lugares, mas ficou resolvido, apesar de ter sido um problema jurídico complexo. Relativamente à CPCJ, a autarquia tem um papel que envolve a responsabilidade humana, financeira e logística que estão claramente definidas, apesar de ir muito mais além dessas responsabilidades, mas reitera que a técnica superior que está adstrita à CPCJ, por causa do confinamento e de problemas de saúde, está em confinamento e também uma outra técnica que é de outra área que também está de atestado, mas essas lacunas foram supridas por outra técnica da autarquia que está durante 4 dias em funções na CPCJ, portanto, a autarquia sempre teve uma atenção muito especial em relação à CPCJ e às condições de funcionamento, mas recorda que a CPCJ é autónoma. Recorda que está agendada uma reunião

na CPCJ, na qual irá decidir o que irá fazer e espera que esteja presente a representante da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, a representante da Segurança Social através da sua direção para ver bem os problemas que existem, neste momento, na CPCJ de Palmela, portanto, esse assunto, para já, não é para ser discutido aqui, mas sim, em sede de reunião alargada e restrita da CPCJ que esses problemas têm de ser discutidos e ultrapassados. Em relação à educação, dá nota que o pavilhão da Escola Secundária de Palmela teve uma alteração de verba para 1.200.000€, um braço-de-ferro que demorou, mas que acabou com o Ministério da Educação a dar razão à autarquia e é isso que está plasmado no orçamento e espera-se que da parte do Ministério da Educação, haja o impulso que é necessário para concretizar esta obra. Em relação à Escola Básica Zeca Afonso, não se trata da mesma obra, aliás, o que foi feito e que está quase concluído, foi a cozinha, o refeitório e toda a zona do pré-escolar e o que está previsto para 2021 é a obra no logradouro, portanto, são questões diferentes, tal como com a Escola Básica de Aires, que trata-se de um problema que foi detetado referente a problemas de climatização que vão ser resolvidos e, em relação à Escola Básica de Cabanas, refere que apesar de uma parte das crianças estar alocadas no Colégio Guimarães, essa situação não pode eternizar-se e é preciso fazer a ampliação daquela escola, aliás, é esse o compromisso da autarquia para com aquela população. Depois, chama a atenção que é necessário mais uma Escola Básica em Palmela, é necessário ir mais além da Carta Educativa e começar a preparar um projeto que já tem uma data programada. Ainda assim, na educação há um investimento de 1,9 milhões de euros em beneficiações que não são subestimar. Em relação à questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, na área da ação social, tem sido frequentemente referido, ao longo dos anos, que o trabalho desenvolvido nesta área vai mais além do que aparece no orçamento, mas, desta vez, até vem plasmado no orçamento num valor de 1.122.269€, que ainda fica aquém daquilo que é feito na prática e recorda, que ainda que o Sr. Presidente, defendeu na Área Metropolitana de Lisboa e que foi defendido também na Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal a questão do novo programa PARES, que vem agora designado como PARES 3.0, mas chega num prazo muito curto, no entanto, felizmente que a Fundação COI, a ARPIBA, o Centro Social de Quinta do Anjo e a União Sol Crescente da Marateca vão conseguir apresentar as suas candidaturas e até foi a Sra. Diretora da Segurança Social de Setúbal que informou que a autarquia deveria enviar imediatamente para Lisboa, tendo sido o município de Palmela, o único que o fez e, acabaram por aceitar os elementos que as instituições e a autarquia forneceram, tendo sido apresentado, depois, em reunião de Câmara, tal como era exigido e cujo prazo, acabou por ser prorrogado até ao final ao final de dezembro e, com isto, salienta esta a cooperação institucional da autarquia com as instituições do concelho. Refere ainda que a autarquia está presente nas equipas de Rendimento Social de Inserção, faz o atendimento municipal a famílias desfavorecidas e que isso apesar de não representar muito dinheiro, representa muito trabalho e prova disso, foi a imensa atividade que a autarquia teve, durante o período COVID, diretamente e em articulação com as IPSS. Por fim, convida o Sr. Vereador Pedro Taleço a

visitar a DOSI para poder observar o que está a ser feito na área dos serviços online, que está em construção para tornar este serviço mais fácil no entendimento e na aplicação, sempre com vista a melhorar o serviço a prestar aos munícipes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** relativamente às despesas com o pessoal refere que não falou que diminuiu, mas sim, que aumentou 5%, mas a questão é sobre o peso do investimento, mas ainda assim está de acordo. Depois, em relação às viaturas, não conhece os pormenores do concurso, o que correu mal, mas se a empresa procedeu mal e violou as regras concursais, a autarquia só tem de se fazer queixa à entidade competente para que essa empresa fique impedida de voltar a concorrer. Em relação à Escola Básica de Palmela, percebeu que há obras pequenas, obras que são para fazer para o ano, haverá obras que talvez sejam para fazer este mandato e outras que um dia se irão fazer, mas não sabia que havia “alarmes” para lembrar que havia obras para fazer, ou seja, o orçamento está a ser usado como lembrete. Por fim, quando mencionou a lei de Murphy, destaca a página 4, na qual refere que “o mais importante a reter está plasmado na famosa lei de Murphy, qualquer coisa que possa correr mal, poderá correr mal no pior momento possível”, portanto, é o orçamento que o Sr. Vereador Adilo Costa subscreve que prova que diz isto da lei de Murphy e tal como referiu a Sra. Vereador Mara Rebelo, este é o ano que mais carrega nas tintas na situação e depois, quase como milagre, é também o ano que na autarquia tudo se resolverá, portanto, supõe que o Sr. Vereador Adilo Costa não leu o orçamento que está aqui a propor.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que houve questões suscitadas que considera importante clarificar, mas antes disso, também refere que este é um orçamento, em termos globais, com sinal positivo no que diz respeito às áreas que tem a responsabilidade de acompanhar, porque, apesar das incertezas que viveram e que hoje conhecem e que atravessa o país, a Europa e o mundo, este orçamento permite encarar o próximo ano com confiança no futuro e também é uma explicação clara que a autarquia tem conseguido manter uma situação financeira equilibrada que, obviamente, permite o conjunto elevado de obras, iniciativas e medidas direcionadas para as famílias e, no caso concreto, para os agentes culturais, desportivos e para as empresas do concelho. Nesta medida, acredita que é um orçamento que projetando o futuro, projeta também o concelho para novos patamares, aliás, é um orçamento tão bom, que a oposição até o batizou, por outras palavras, de orçamento eleitoralista. Depois, refere que ficaria preocupado se este orçamento não tivesse obras, mas, de facto, aquilo que aqui foi apresentado é, precisamente o contrário, são muitas obras como nunca aconteceu nos últimos anos e, portanto, não acredita que a oposição fique perturbada com a realização de obras, ou que preferissem que, neste último ano de mandato, a autarquia não cumprisse com aquilo que são os anseios e expectativas dos cidadãos. Refere ainda que concorda com os Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Pedro Taleço em relação ao esforço adicional que é necessário fazer para dinamizar a atividade turística e o comércio local, para que possa atingir o vigor que tinham antes da pandemia, porque, de facto, há todo o trabalho que foi desenvolvido pelo

município, pelos seus parceiros, agentes turísticos, agentes económicos ligados ao setor da economia local que são muito importantes e permitiu atingir indicadores de desenvolvimento muito importantes, por isso, recorda que tiveram um sinal político muito importante, assim que se instalou a crise pandémica, com várias iniciativas concretas e diversas medidas para apoiar a economia e a autarquia teve, desde o início, o cuidado de fazer um diagnóstico dos vários setores, desde o sector agrícola, da restauração, sector turístico e que depois desse diagnóstico, foi adotado um conjunto de medidas concretas que, ultimamente, foram reforçadas, por exemplo, com a descida do IMI, com a isenção da derrama para as empresas mais pequenas, com volume de negócios inferior a 150 mil euros e, portanto, essas também são outras medidas que são bastante importantes e que contribuem para proteger a economia local. Ainda assim, a autarquia não ficou por estas medidas, aliás, acredita que este orçamento não espelhe tudo, até porque é necessário fazer uma síntese sobre o que é estratégia para a retoma da atividade turística e económica no concelho. Refere ainda que o orçamento e as GOP são um ponto de partida e que está claramente em sintonia com aquilo que tem sido a estratégia desenvolvida pela autarquia, nos últimos anos, para o apoio à criação da oferta turística e da sua modernização. Sublinha o facto de, quando a autarquia promove um evento desportivo que traz ao concelho mais de 1500 pessoas, também está a contribuir para a dinamização da atividade turística e para a promoção da prática do desporto e saúde dos munícipes. Depois, sublinha a aposta na internacionalização da marca "Palmela Conquista", através da qual a autarquia delineou novas medidas, novos projetos e desafios que irá permitir dar a conhecer o concelho de Palmela na Europa e outros países, com campanhas direcionadas de marketing territorial e que irá contribuir para incrementar estes setores. Também destaca a aposta na rota dos caminhos de Santiago, uma vez que o turismo religioso tem crescido muito no nosso país e, é uma outra medida que foi adotada que dá seguimento ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área do turismo, já para não falar de um vasto conjunto de medidas e da presença do município numa rede de parcerias que a nível nacional e internacional ultrapassa, as fronteiras da Europa, portanto, é também nessa linha de cooperação de parcerias nacionais e internacionais para o desenvolvimento que a autarquia tem trabalhado que irão, certamente, trazer resultados muito positivos e importantes para a economia local. Recorda que, no período anterior à crise pandémica, o concelho assistia a um aumento da atividade turística, à implantação de novas empresas de vários setores de atividade, um crescimento muito significativo, fruto da diplomacia económica que foi possível estabelecer com várias instituições, bem como a aposta na rede European Enterprise Network que possibilita às empresas locais a sua internacionalização com outras empresas europeias, aumentando a sua competitividade e possibilitando outros negócios e, portanto, acredita que este é um fio condutor que irá ser muito importante para a retoma da normalidade, dentro daquilo que são as competências do município, porque se não houver medidas fundo, a nível nacional e internacional, tudo será muito mais difícil de concretizar, mas ainda assim acredita

que com o apoio do município e com este trabalho que tem sido feito nos últimos anos, irá ser possível atingir os objetivos a que se propuseram.

O **Sr. Presidente** refere que quando se tenta fazer passar a ideia que as obras estão quase todas guardadas para o último ano de mandato, aproveita para mostrar que tem presente o compromisso eleitoral que foi todo ele vertido com obras muito concretas, ao contrário de outros compromissos, este apresentou-se com ações muito concretas, das quais destaca a conclusão da empreitada de ampliação e requalificação da Escola Básica de Aires, a conclusão da empreitada de ampliação e requalificação da Escola Básica António Matos fortuna, a conclusão da empreitada de ampliação e requalificação da Escola Básica de Águas de Moura, conclusão da empreitada de ampliação e requalificação da Escola Básica de Cabanas, execução das obras de ampliação e requalificação da Escola Básica de Brejos do Assa, execução das obras de ampliação do refeitório, cozinha, espaço coberto e pré-escolar da Escola Básica Zeca Afonso que está em conclusão, a requalificação do logradouro da Escola Básica de Cajados, entre muitas outras. Refere que trata-se de planeamento e a Escola Básica n.º 2 de Palmela tem de começar a ser falada, não só porque está na Carta Educativa e vai passar a estar com localizações e outros aspetos mais definidos para que, perante a abertura do novo quadro comunitário 2021/2027, a autarquia possa, nessa altura, ter o acordo do Ministério da Educação para a criação do número de salas, o projeto e depois para tratar da candidatura e obviamente, que isso leva cerca de três anos, portanto, não estão a trabalhar apenas para o ano de 2021, porque a vida do município continua e isto é planeamento e visão estratégica para o futuro e, não propaganda eleitoral. Refere que há obra feita, obra por concluir e obra para fazer e haverá alguma que não vai ficar concluída antes das eleições, mas não é isso que o preocupa, porque aquilo que é pretendido é colocar as obras no terreno e honrar os compromissos que foram assumidos com as populações, portanto, considera que este é um bom orçamento, onde as questões de enquadramento da política orçamental dos indicadores económicos foram analisados com objetividade, com verdade e sem contradição, ao contrário daquilo que pretendem fazer crer, porque, precisamente, procurando fazer uma análise suave daquilo que é dito, são apontados os percursos, durante os últimos anos, dos comportamentos das finanças públicas e os comportamentos das Finanças Locais e que o município de Palmela sobreviveu e cresceu com base numa noção clara que não voltará a ter, se calhar, mais 2 anos como os que teve de 2018 e 2019, em termos de arrecadação de impostos diretos, mas também é preciso ter a obrigação de falar verdade, dizendo que, não vem aí nenhum fim do mundo. Reconhece que haverá um novo ciclo de fundos e que a capacidade de equilíbrio financeiro que o município tem, permite ainda continuar, se for necessário, ir buscar financiamento para acompanhar novos ciclos de investimento, onde a lei de Murphy evidentemente se aplica, pois, se não tivesse acontecido esta pandemia, obviamente que o município e tudo o resto, estaria melhor nos indicadores económicos, com mais obras executadas, portanto, o discurso de coerência que tem havido nesta matéria de enquadramento orçamental, tem-se comprovado e também é

verdade que é preciso continuar com prudência, porque só assim não voltarão aqueles desfasamentos que o país sentiu, por razões diversas, entre 2008 e 2011. Portanto, considera que se trata de um orçamento que prepara as Grandes Opções do Plano que têm a grande responsabilidade de perspetivar o trabalho para o futuro e que não se trata de eleitoralismo, até porque propõe-se, para 2022 de 2023, obras que as pessoas estão à espera e, que não foram feitas por não se saber a verba que vão ter para essa altura e isso também caberá a quem tiver a responsabilidade e legitimidade de gerir os destinos da Câmara Municipal no próximo mandato, na qual acredita que a CDU vai continuar a fazer parte dessa solução e dessa governação e, nesse sentido, cá vai estar para dar continuidade a projetos que são plurianuais e que, têm de estar plasmados em orçamento. A CDU conta com aquilo que é exequível e não vai fazer propaganda sobre outras situações que não são exequíveis porque, para poder ser candidatas e fazer parte de planos locais e regionais, tem de haver uma marcação do território, aliás, é por isso que não consta neste plano a reabilitação integral das duas circulares Norte e Sul da Autoeuropa, no entanto, espera que o Governo abra um aviso específico para Palmela, através de AICEP para que possam fazer essa candidatura, tal como aconteceu com a obra da Ribeira da Salgueirinha e outras. Reitera, que este orçamento não foi feito a pensar em eleições, mas sim a pensar num compromisso e, o dito e o feito, caberá depois aos munícipes julgar. Depois, considera que este orçamento deve merecer o acolhimento de todas as bancadas, sem prejuízo de cada um dizer e achar que poderia fazer diferente ou de outra forma, pois é um orçamento que serve os interesses da trajetória de desenvolvimento do concelho, mesmo em contraciclo, porque a dinamização do emprego e da economia faz-se com obra pública, com a atratividade do território e felizmente, existem muitos investimentos previstos, que são estratégicos para o concelho, que criam emprego e valor e, sobretudo que são sustentáveis e que não põe em causa a delapidação de espaços naturais de território, de construção desenfreada em sítios onde não se podia nunca ter construído, com um ordenamento sustentado e propiciador de desenvolvimento com vista a uma economia e que futuro melhor para os munícipes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e José Calado. Aprovado em minuta.

Declaração de voto sobre Plano de Atividades e Orçamento de 2021, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro:

- I. "Este é o último orçamento deste executivo, mas é mais do mesmo. Se olharmos bem para este documento, tem muitas coisas repetidas que não foram executadas no ano passado e nos orçamentos anteriores, e vão voltar a não ser executadas este ano. Inclusive até verificamos que tem parágrafos iguais aos do ano passado! E quando formos ver a

execução iremos constatar o quanto ele é irrealista. Isto já para não falar de promessas que continuam a não ser cumpridas.

2. Este orçamento não corresponde à visão que o PSD tem da gestão autárquica, nem as opções que tomaríamos se fôssemos maioria. É um documento onde dificilmente se percebe um fio condutor e uma estratégia de desenvolvimento.
3. É um orçamento pouco amigo dos contribuintes:
 - a) Não abdica novamente da totalidade da participação variável no IRS. A descida desta percentagem que cabe aos municípios, proposta pela coligação PSD/CDS, no seu programa eleitoral e traduzida em propostas para 2015, para 2016, para 2017, para 2018, para 2019, para 2020 e agora para 2021 não teria grande impacto na receita do orçamento municipal que, aliás, seria sempre compensado pelo crescimento da economia e do emprego. Seria uma prova inequívoca de que as pessoas estão primeiro e que cabe também ao poder local, a solidariedade com os seus munícipes. Dissemos isto no passado e, ao contrário de outros, continuamos a pensar assim no presente. A proposta que apresentámos para 2021, de participação variável no IRS de 4,5%, ao contrário do que aprovaram CDU, PS e MIM de 5%, implicaria uma perda de 0,73% do total das receitas correntes previstas para 2021.
 - b) Não aposta numa estratégia de desagravamento fiscal suscetível de atrair pessoas para o seu território, melhorar a capacidade de investimento e de consumo dos que aqui vivem.
4. É também um orçamento pouco amigo das empresas e do investimento, pois não se vislumbra qualquer plano de recuperação económica para o concelho e de incentivo à economia local. Em Palmela, com o orçamento para 2021, ficamos todos a saber que para a recuperação da economia local não podemos contar com a Câmara Municipal para apoiar o comércio local, a restauração e as demais atividades da economia local.
5. Nas Grandes Opções do Plano para 2021 continuam a existir verbas muito significativas para a recuperação da Ribeira da Salgueirinha, para a consolidação das encostas do Castelo e para o edifício dos Paços do Concelho, obras que já eram prometidas em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, mas que tardam em ser concluídas. Veja-se o caso da recuperação do edifício dos Paços do Concelho, uma obra que já prometida em 2016, mas que só começou em 2020 e que, espera-se, terminará em 2021. Se isto não é incompetência não sei o que será!
6. Mesmo o crescimento do montante destinado às Grandes Opções do Plano, que crescem 25% face a 2020, resulta do facto de no ano de 2020 as verbas serem as mais pequenas do mandato. Numa leitura mais atenta das Grandes Opções do Plano verifica-se que grande parte de obras e investimentos já eram prometidos em anteriores exercícios orçamentais e que ano após ano se repetem, sem que se tornem realidade.

7. Entre os problemas que mais preocupam os nossos munícipes encontram-se as condições da rede viária, a limpeza e a higiene urbana, que são funções essenciais para o dia-a-dia dos nossos concidadãos. 2021, ainda não vai ser o ano que fará destas funções o centro da atividade municipal, dando-lhe, mais uma vez, verbas incipientes que não resolvem os problemas com que um concelho da dimensão de Palmela se vê confrontado. Neste orçamento, repetem-se frases gastas e obras prometidas em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, mas, no essencial, nada muda, não sendo previsível que algo mude em 2021.
8. **Em suma, este é mais um orçamento que repete velhas promessas, que perpétuo o imobilismo e que pouco acrescenta em relação a anteriores documentos produzidos por esta maioria, que mais uma vez demonstra o seu cansaço e esgotamento.**

Por estas razões, votei contra.”

Saída da sala do Sr. Presidente

Cerca das 18.34 horas, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

DEPARTAMENTO DE ADMINITRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pela **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Mapa de Pessoal para o ano de 2021 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_27-20:

«No âmbito do planeamento e gestão integrada de recursos humanos, preconizados pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) – em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o mapa de pessoal é um instrumento previsional, com vigência temporal anual, que representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prosecução dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios. O mapa de pessoal constitui, assim, um referencial fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, o qual, nos termos da LTFP, deverá ser aprovado anualmente, em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte (artigo 28º, nºs 3 e 4).

Considerando a perspetiva estratégica da gestão de recursos humanos, preconizada pela Câmara Municipal de Palmela, focada nas pessoas, como elemento diferenciador e ativo fundamental na prossecução das atribuições e competências cometidas aos diversos serviços municipais, torna-se essencial garantir uma adequada gestão previsional dos postos de trabalho e exercício das respetivas competências, por forma a assegurar a satisfação das necessidades permanentes de serviço nas respetivas unidades orgânicas, como também promover um forte alinhamento das pessoas com a missão e os objetivos estratégicos da organização (artigo 29º, nºs 1 e 2 da LTFP).

A proposta de mapa de pessoal para 2021 inclui um total de 1146 postos de trabalho, dos quais 920 estão ocupados e 162 vagos, alguns destes (73) destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, designadamente, em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades.

Os postos efetivamente vagos em conjugação com os 67 postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço, por forma a gradualmente permitir colmatar a falta de capital humano detentor de técnica, na sequência da implementação da estrutura orgânica, em vigor desde janeiro e recentemente alterada, que incorpora novas competências legais, com acréscimo e complexidade de responsabilidades.

Salienta-se que, durante o ano de 2020, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 25 trabalhadoras/es, bem como 2 mobilidades intercategorias (coordenador/a técnico/a) as quais, precedidas da concordância do/a respetivo/a trabalhador/a, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal permitiu adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Salienta-se, por seu turno, nos termos da LTFP, que a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1).

Tal densificação e explicitação de conteúdos funcionais torna-se premente, a partir de 1 de janeiro de 2009, face ao novo paradigma de regime de Vínculos e Carreiras - plasmado na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro e nos respetivos diplomas regulamentadores -, que operou a extinção e fusão de mais de 1700 carreiras gerais da administração pública, tendo as/os

respetivas/os trabalhadoras/es transitado para 3 carreiras do regime geral: técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, as quais não incorporam qualquer adjetivação ou discriminação de profissões (ex. área de jardinagem, canalização, pedreiro). Os respetivos conteúdos funcionais encontram-se descritos de forma muito genérica, sem especificação de áreas funcionais, no anexo I da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (sucedeu à referida Lei nº 12-A/2008).

De acordo com a previsão do artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, a caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho, por forma a objetivar com maior precisão as principais tarefas e funções exigíveis, com correspondência às atribuições e competências da respetiva unidade orgânica deverá constar em regulamento interno. No município de Pamela tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011.

Porém, face ao período temporal entretanto decorrido, às vicissitudes operadas pelas diversas reestruturações de serviços municipais, entretanto ocorridas, aliada à emergência de novas áreas funcionais, procedeu-se à revisão exaustiva daquele regulamento, no sentido de atualizar o arquétipo de funções de novos postos de trabalho e adequar ao novo modelo de organização dos serviços municipais da autarquia, a vigorar desde 1 de janeiro de 2020, recentemente alterada.

A proposta de revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, que se anexa, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos - recrutamento e seleção, mobilidade interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional - coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com as atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e procedeu-se à audição de dirigentes, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caracterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto

no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2021, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.»

Entrada na sala do Sr. Presidente

Cerca das 16.41 horas, o Sr. Presidente volta a entrar na sala.

Sobre a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2021 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, numerada DAFRH_DRH 01_27-20, intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** coloca uma questão que já foi colocada em 2017 relativa à contratação de emprego para pessoas com deficiência, ou seja, sabe que há uma quota até 5% e questiona quantas pessoas foram integradas e onde foram integradas neste âmbito. Depois, em relação ao mapa de pessoal, deu conta que há um número elevado de lugares vagos, num total de 162, 36 para assistentes operacionais e 15 para técnicos superiores, um número que pode parecer suficiente ou não, mas sobre o qual manifesta algumas incertezas, porque na análise que fez do quadro a que teve acesso, a distribuição pelos diferentes departamentos, direções e serviços, os técnicos superiores aparecem, muitas vezes, com habilitações superiores que, cujos conteúdos funcionais inerentes nem sempre se coadunam, porém, realça com muita premência que percebe e reconhece que há capacidade de adaptação funcional por via da experiência e da formação já adquirida e que todos os trabalhadores da autarquia são excelentes profissionais, empenhados, com grande capacidade de entrega e muito empenho nas execução das diversas e complexas tarefas, que muitas vezes são desafiados a responder, contudo, em matéria de recursos humanos, também é preciso ter em conta a satisfação do trabalhador no seu local de trabalho e para as suas funções que está diretamente ligado, tal como em relação às condições de trabalho, às condições funcionais, relacionais e psicológicas e à sua afirmação individual, técnica e formativa, portanto, é nesta base que o PS chama a atenção porque, por vezes, parece que há uma dificuldade em associar a formação às funções desempenhadas, aliás, está presente uma situação dessas, pois o Dr. Paulo Pacheco não tem formação académica em contabilidade ou gestão e no entanto, está provada a sua capacidade no exercício das suas funções. Portanto, esta ligação entre a formação e experiência não tem mal nenhum, mas se não houver essa capacidade e interesse, pode levar a desmotivações. Depois, tem a noção que há lugares a criar e concorda que se crie, que atualmente, os trabalhadores autarquias têm, fruto de novas políticas centrais, viram reconhecidos os direitos que lhes tinham sido retirados e, por isso, considera que deveria ser mais rápido e mais prático, sobretudo, os lançamentos de concursos de recrutamento de técnicos superiores, assistentes operacionais ou de assistentes técnicos, porque é a perceção de todos que a autarquia demora muito tempo no desenvolvimento destes concursos, que pode nem estar ligado à realidade,

mas é uma perceção que passa para o exterior, até porque algumas autarquias vizinhas, Setúbal e Montijo, por exemplo, têm sido mais rápidas na resolução deste tipo de concursos, por isso deixa aqui esta chamada de atenção. Em relação à proposta, refere que o PS vai abster-se, tal como em qualquer proposta que seja um instrumento de gestão, sobretudo na gestão da responsabilidade da CDU que governa a autarquia com maioria relativa.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que estas propostas permitem ver, sistematicamente, aquilo que é o quadro de pessoal da autarquia e permite perceber, efetivamente o panorama geral do quadro da autarquia. Portanto, a questão que mais preocupa é referente à questão dos lugares vagos, que alguns referem-se a trabalhadores que estão em funções de direção e, regressarão quando as deixarem de exercer, mas o que mais preocupa é a questão de mobilidade de trabalhadores que foram para outras autarquias e que é preciso criar uma solução, para que esses lugares não se mantenham vagos, enquanto estiverem fora, porque, alguns provavelmente, já nem regressem, porque criaram outras oportunidades, portanto, considera que é importante arranjar uma solução, porque são lugares que fazem falta. Depois, considera que não é fácil, nos tempos que correm, sobretudo com a uma gestão centralizada das remunerações dos trabalhadores em funções públicas, seja no poder local ou no poder central gerir trabalhadores, pois existem poucos incentivos, aliás, a maior parte dos incentivos que poderiam ser dados, não acontece, porque é uma decisão que só pode ser tomada em sede de concertação social das várias partes envolvidas e, muitas vezes, quando têm um bom trabalhador, a única forma que têm de o premiar é atribuir-lhe mais trabalho, portanto, existem 2 ou 3 áreas em que, efetivamente, a autarquia pode ter um papel mais ativo do que tem nas remunerações que possam estar relacionadas com a formação, com a qualidade da formação, com o apoio no dia-a-dia, com apoio psicológico, ainda mais, na atual situação de pandemia, com trabalhadores que estão em teletrabalho outros e já não veem os colegas há imenso tempo, outros que estão em confinamento profilático e outros obrigatórios, portanto, seria muito importante ter atenção a esta questão do apoio psicossocial aos trabalhadores. Em relação aos concursos de ingresso, sobretudo nos concursos de promoção e até de promoção por opção gestonária, deveria haver celeridade e transparência que é das poucas situações que dependem da disponibilidade da autarquia e que pode ser feita, para gerir melhor uma autarquia com 1146 postos de trabalho, mas só com 920 ocupados, poder ter harmonia social e tem os trabalhadores empenhados. Refere ainda que nada mais tem a apontar quanto a esta matéria e à semelhança de outras questões, vai abster-se nesta proposta. Aproveita para parabeniza o Sr. Vereador Adilo Costa, porque, por vezes lei de Murphy funciona, mas é o contrário, porque, este ano, o documento está muito completo, exaustivo e permite ter noção do panorama sobre o que é o quadro de pessoal, com as classificações funcionais, as necessidades e tudo mais, portanto, não queria deixar de elogiar quando o elogio é merecido.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que, tal como referiu o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, foi mais fácil analisar este documento com a apresentação das funções e das competências e, de

facto, acrescentou qualidade. Depois, refere que estão 10 trabalhadores em mobilidade noutras entidades e 7 com a alínea f), ou seja, que estão em período experimental, pressupondo que estes 7 ficam, mas somando estes 10 aos outros que já não estão, trata-se de muitos trabalhadores, uma vez que a autarquia corre o risco desses trabalhadores já não voltarem, por isso é uma situação a ter em conta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que em relação ao concurso para pessoas com deficiência, estão dois trabalhadores integrados, uma vez que trata-se de um sistema de mercado aberto e, em todos os concursos, existe a indicação para fomentar a oportunidade porque há uma prioridade de recrutamento, se tiver o concorrente com uma deficiência superior a 60 ou a 70%. Sobre a questão do regulamento, refere que é uma revisão mais aprofundada e não há nenhum ónus sobre a organização ou sobre o trabalhador, serve, sobretudo, para definir melhor os conteúdos funcionais e para que melhor se entenda aquilo que a autarquia e o erário público necessita, porque, nomeadamente nas áreas operacionais, fazer um concurso para um cabouqueiro não é exatamente o mesmo do que fazer um concurso para motorista, apesar de se tratar da carreira de assistentes operacionais e por esse motivo é preciso saber quem selecionar e acrescenta que as preocupações com a questão dos recursos humanos são discutidas, todas as semanas, nas reuniões de coordenação. De facto, os serviços têm muitas necessidades, mas também é preciso ter em atenção a questão financeira que tem de ser equilibrada. Depois, sobre o ênfase que foi dado aos conteúdos funcionais, de facto, é importantíssima, também para o trabalhador saber o que está a fazer, saber qual é o seu compromisso, sobretudo em sede de avaliação. Relativamente à rapidez, refere que todos partilham da noção que deveria ser mais rápido, no entanto, esclarece que a autarquia de Palmela, através dos dados que tem, até é uma das mais rápidas a contratar na península de Setúbal, mas salienta que estes concursos são complicados, apesar de se tentar acelerar o processo, é preciso respeitar com rigor a legislação. Recorda uma questão que foi abordada numa outra reunião, na questão da composição do júri, que foi feita uma experiência no passado e não correu bem, porque quem vem do exterior, nem sempre partilha do mesmo sentimento de urgência que a própria autarquia sente, ainda assim, é uma situação que irá ser repetida, mas por agora e pela necessidade de rapidez a composição mantém-se da forma como está. Em relação à questão do apoio no dia-a-dia, esclarece que a autarquia está muito voltada para as equipas de trabalho e para as pessoas individualmente, sobretudo na área da saúde ocupacional, ainda mais nesta altura de pandemia, a autarquia tem estado muito próxima do trabalhador, a individualizar o apoio a cada um daqueles que ficaram contaminados ou onde há o risco de poderem estar contaminados e que tiveram de ficar confinados e fora da questão da pandemia, a autarquia tem estado atenta a problemas de ordem financeira, onde há trabalhadores que têm problemas de ordem social, alguns com despejos, enfim, um conjunto de situações que a autarquia tem vindo a tentar resolver, com uma aproximação e de uma forma integral a cada um dos trabalhadores. Relativamente aos trabalhadores que saíram, podem estar de licença sem vencimento durante um ano e, findo um ano é revista a situação, mas de facto, existem situações que ultrapassaram um ano e terão de ser reanalisadas, porque

pode haver uma ou outra situação em que terá de se rever se aquele lugar deve ou não ficar cativo.

O **Sr. Presidente** refere que essa questão em concreto é monitorizada e obviamente, o mapa é atualizado anualmente e todas as situações são, naturalmente, avaliadas, até porque faz questão que estas situações sejam muito bem escrutinadas, porque essas pessoas, por vezes, estão a impedir que a autarquia contrate ou proporcione a mobilidade de outras pessoas para esses lugares. Portanto, considera que este é um quadro de pessoal que corresponde às necessidades da organização, sobretudo, nos recrutamentos que estão a ser feitos. Depois, quando o Sr. Vereador Paulo Ribeiro mencionou a opção gestionária, esclarece que a autarquia tem feito a opção gestionária, ao contrário de muitas autarquias, e vai voltar a fazer enquanto tiver instrumentos que permitam valorizar o sistema remuneratório dos trabalhadores, o seu reposicionamento na carreira, com a sua avaliação. Em relação aos concursos de promoção, de mobilidade intercarreiras, esclarece que a autarquia cumpre com o que está na lei, não só por uma questão de transparência que é uma palavra, até porque não há aqui reclassificações ou nomeações, à moda de outros sítios e, quando houver lugares, as pessoas valorizaram-se academicamente, já desenvolveram atividades muito parecidas com as de técnico superior, vão a concurso tal como outros, mas é evidente que há concursos que, por vezes, têm a oposição candidatos que vêm do exterior e há outros que acabam por ser só com candidatos internos., portanto, a autarquia vai continuar a fazer assim, porque considera que é legítimo que muitos trabalhadores almejem chegar a situações de técnico superior para as quais têm, de facto, condições para o efeito. Relativamente ao mapa, houve, de facto, um trabalho mais apurado da parte dos serviços da Divisão de Recursos Humanos, no sentido de torná-lo legível, transparente, compreensível e que seja também uma forma de instrução sobre quais são as competências funcionais e sobre o que se pretende no desempenho em determinadas divisões e determinadas funções, portanto, considera que este documento é um bom instrumento e que se adequa também às disponibilidades orçamentais que a autarquia tem para o próximo ano, para poder dar seguimento às contratações e ao preenchimento dos lugares.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e José Calado. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

PONTO 5 – Candidatura do Centro Social de Quinta do Anjo ao PARES 3.0. – Compromisso do Município.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_27-20:

«A Portaria nº 201-A/2020, de 19 de agosto, cria o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 3ª Geração, designado por PARES que tem por *finalidade apoiar o*

desenvolvimento, consolidação e reabilitação da rede de equipamentos sociais, promovendo a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção dos cidadãos.

Apresenta-se como um programa nacional, com uma dotação de 110 milhões de euros, que se reveste de grande importância para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, por permitir a criação de novas respostas sociais, bem como a realização de obras de ampliação ou reabilitação em equipamentos, num cofinanciamento que pode atingir os 80,0% do investimento total elegível de referência.

O Centro Social de Quinta do Anjo, neste âmbito, encontra-se a instruir uma candidatura que visa concretizar a ampliação e reabilitação das instalações do Centro de Dia, numa operação que contribuirá significativamente para a melhoria das condições de funcionamento e de conforto deste equipamento, numa intervenção cujo custo encontra-se estimado num montante de 214.800,00 € (duzentos e catorze mil e oitocentos euros) acrescidos à taxa de IVA de 23%.

Prevê o Regulamento do Programa PARES 3.0., no seu ponto 11.1.7 que as IPSS apresentem *“documentos comprovativos da sua capacidade financeira, para suportar o financiamento aprovado, conforme declarado no formulário de candidatura, sobre a forma ou o meio como pretende suportar a totalidade do financiamento privado, nos termos do 5.5, apresentando-se a título exemplificativo: (...) Protocolos estabelecidos, nos termos legais, com entidades públicas, designadamente, autarquias locais”*.

Tendo presente que o período para a instrução e submissão de candidaturas decorria até ao passado dia 30 de novembro, cientes dos procedimentos legais e obrigatórios necessários aos municípios para a celebração de Protocolos, foi remetida uma comunicação ao Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal do ISS, I.P. apelando para a rápida revisão desta exigência.

O assunto mereceu a devida atenção por parte dos serviços do ISS, IP e foi efetivamente reconhecida a impossibilidade em cumprir o Regulamento, tal como se apresenta no seu ponto 11.1.7. Da resposta rececionada, é por conseguinte proposto aos municípios que procedam *à entrega de um documento emitido pela autarquia evidenciando o seu compromisso em apoiar a candidatura em apreço, caso a mesma seja aprovada, bastando que o compromisso seja deliberado em reunião de executivo camarário fazendo referência à futura inscrição em orçamento, do montante X, de financiamento do investimento elegível não participado.*

Assim, embora o prazo de candidatura tenha sido entretanto prorrogado até ao próximo dia 31 de dezembro, em resultado da articulação com a administração central, com vista à viabilização das candidaturas que incidem em projetos de eminente interesse municipal, propõe-se, nos termos das alíneas o), r) e u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que o Município delibere o seu compromisso de futuro à candidatura em apreço, caso a mesma seja aprovada, para efeitos de financiamento, em 15% do montante da candidatura, até ao limite máximo de 100.000,00€

(cem mil euros), mais se comprometendo a diligenciar no sentido de garantir a inscrição daquelas verbas, em orçamento municipal

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINITRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração – Aprovação final.

PROPOSTA N.º DAFRH_DE 02_27-20:

«Na sequência de aprovação em reunião pública realizada em 30 de setembro de 2020, o Projeto de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipal foi submetido a consulta pública, que decorreu entre 23 outubro e 4 de dezembro de 2020.

Conforme consta do relatório da consulta pública, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, não foram recebidos contributos de entidades externas, contudo, os serviços e os órgãos municipais propuseram algumas alterações que merecem acolhimento.

As alterações propostas incorporadas nesta fase não desvirtuam as opções matriciais do regulamento e do projeto submetido a consulta pública, nem importam relevante reflexo financeiro para a Autarquia e mantêm o respeito pelos princípios orientadores e métodos de cálculo assumidos na fundamentação económico-financeira aprovada em 2010, assim como princípios consagrados legalmente, designadamente o princípio da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, correspondendo ao custo do serviço público local conjugado com o benefício auferido pelo particular.

Neste contexto, atentos aos fundamentos expostos, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado nas alíneas b), c) e g) do n.º 1 do art.º 25 e alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 15.º e 20.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação em vigor, e da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e do artigo 3.º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atualmente em vigor, propõe-se:

1. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto retificado de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, incorporando os contributos internos dos serviços e dos órgãos municipais, consubstanciados no aditamento, ao projeto inicial,

do artigo 9.º-B, e na alteração do teor dos n.º 14 e 26 do artigo 9.º do Regulamento, conforme anexo I à presente proposta, "Projeto Retificado de Alterações ao Articulado do Regulamento e Tabela de Taxas;

2. Considerando que as propostas de alteração não desvirtuam as opções matriciais do regulamento e do projeto submetido a consulta pública, nem importam relevante reflexo financeiro para a Autarquia, propõe-se que a nova versão projeto de regulamento seja dispensada de consulta pública prevista e de imediato submetida à apreciação e votação pela Assembleia Municipal nos termos do estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do RJAL.»

Sobre a proposta de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração – Aprovação final, numerada DAFRH 02_27-20, intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** sublinha a isenção de carácter temporário, até 30 de junho de 2021, em relação à instalação de novas esplanadas abertas, renovação de esplanadas fechadas e ocupação de novas zonas de esplanadas. No que se refere às esplanadas já existentes e dotadas de título, esta medida constitui mais um apoio ao comércio local.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que também há um compromisso de mandato que fica aqui plasmado, ou seja, a redução de 50% das taxas urbanísticas para empreendimentos turísticos, porque, durante o período COVID, tem sido um dos setores mais afetados e salienta o contributo da autarquia para evidenciar os valores referentes a um turismo diferenciado, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, onde a oferta não corresponde ainda à procura e, portanto, é uma medida incentivadora para promover mais empreendimentos turísticos.

O **Sr. Presidente** refere que o regulamento abrange diversas áreas e, no fundamental, vem incorporar o conjunto de novos empreendimentos para que possam beneficiar dessas reduções de taxas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

PONTO 7 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos na rede viária municipal - adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_27-20:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de outubro de 2020, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo

bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovada em reunião de Câmara, realizada em 4 de novembro de 2020, a consulta para apresentação de proposta às seguintes entidades bancárias:

- Banco Português de Investimento;
- Banco Santander Totta;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Crédito Agrícola;
- Millennium BCP;
- Montepio Geral;
- Novo Banco.

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 16:30 do dia 25/11/2020.

À consulta efetuada submeteram proposta para apreciação, pela ordem que se indica no quadro seguinte, as entidades:

Nome	Data e hora
Novo Banco	25/11/2020 09:23
Caixa Geral de Depósitos	25/11/2020 11:30
Banco Santander Totta	25/11/2020 14:03
Millennium BCP	25/11/2020 15:00
Crédito Agrícola	25/11/2020 15:05
Banco Português de Investimento	25/11/2020 16:12

A abertura de propostas ocorreu no dia útil seguinte, tendo-se nesse mesmo dia procedido à disponibilização das propostas a todos os concorrentes.

Todas as propostas cumprem os requisitos exigidos na consulta efetuada, nomeadamente:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 3.112.000 €;
- Finalidade: financiamento de investimentos na rede viária municipal;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de Utilização: 2 anos;
- Prestações: constantes de capital e juros;
- Pagamentos: semestrais;
- Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses;
- Comissões: isento;
- Liquidação antecipada: possibilidade de amortização do empréstimo, total ou parcial, sem qualquer penalização.

Apresentando as propostas todos os requisitos exigidos na consulta, o que as irá diferenciar será o spread.

Nome	Spread	Ordenação
Novo Banco	2,00%	6.º
Caixa Geral de Depósitos	0,379%	2.º
Banco Santander Totta	1,50%	4.º
Millennium BCP	1,75%	5.º
Crédito Agrícola	0,338%	1.º
Banco Português de Investimento	0,75%	3.º

De acordo com o estipulado no art.º 52.º do RFALEI, o município de Palmela cumpre o limite da dívida total, conforme se constata pela aferição da dívida total de 2019, detendo, naquela data, uma margem utilizável de endividamento de 10.663.992€.

Aferição da Dívida Total 2019 – extraído da DGAL

1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida cobrada	2016	(1)	39.335.083
	2017	(2)	40.689.307
	2018	(3)	43.781.937
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	41.268.776
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	61.903.164
2. Endividamento		(6)	8.583.204
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	53.319.960
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	10.663.992

Apresentando o Município margem disponível para aumentar a dívida total, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do art.º 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 73/2016, de 3 de setembro, a contração de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de 3.112.000€ (três milhões, cento e doze euros), ao Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado), por apresentar as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e consequentemente menores encargos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

PONTO 8 – Adesão do Município de Palmela ao Pacto Local para a Empregabilidade e o Empreendedorismo Jovem.

PROPOSTA N.º DDET 01_27-20:

«No quadro da estratégia de desenvolvimento económico, promoção do empreendedorismo e apoio a políticas que promovam o emprego qualificado e a fixação de jovens, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações e a criação de dinâmicas de valorização

profissional e capacitação, o Município de Palmela propõe a integração no projeto nacional «Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem». Este projeto surge com o objetivo de reunir autarquias portuguesas comprometidas, voluntariamente, na resposta às políticas públicas de apoio aos jovens e ao emprego.

O atual contexto pandémico provocado pela COVID 19 tem tido impactos económico-sociais severos, fruto do encerramento de empresas e do aumento da taxa de desemprego, sendo as faixas etárias mais jovens muito vulneráveis a estas consequências. Estas preocupações e a urgência da implementação de medidas que contribuam para a sua mitigação estão também na origem desta proposta de trabalho e da integração do Município de Palmela neste Pacto.

O Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, surge agregado a uma intervenção de nível europeu por intermédio da Rede DYPALL – Developing Youth Participation at Local Level. A DYPALL é uma plataforma europeia que envolve parceiros de Municípios e organizações da sociedade civil que trabalham juntos para melhorar a participação jovem na governança a um nível local. A Rede visa que os Municípios e as autoridades locais se foquem nos interesses e necessidades da Juventude, enquanto contribuem para envolver os jovens enquanto membros ativos na busca das soluções para os seus problemas, aumentando o seu nível de pertença, compromisso e envolvimento nas comunidades. Integram a Rede 20 países, de entre os quais, para além de Portugal, se destacam Espanha, Itália, Croácia, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Reino Unido, Holanda e Suécia.

Em Portugal, nesta fase de lançamento do Pacto Local, Palmela integrará o conjunto de Municípios-âncora do projeto, nomeadamente Estarreja, Fundão, Valongo, Trofa, Odemira, Vila Real, Lagos, Cascais, Santa Maria da Feira, Lagoa, Vizela e Figueira do Foz.

A Rede DYPALL, através do lançamento do Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem objetiva a redução do desemprego jovem, a promoção da qualificação dos jovens, a facilitação do acesso à informação e o reforço da cooperação dos Municípios. Os Municípios assumem o compromisso de Promover a formação para os jovens e para os seus técnicos; Comunicar de forma clara e eficaz, oportunidades de emprego junto dos jovens; Promover a sua participação local; Desenvolver ações de capacitação no quadro das estratégias de empreendedorismo; Efetuar a ligação entre o tecido económico local, os centros de conhecimento e os jovens e Implementar ações que contribuam para a sua empregabilidade.

Face ao exposto, **propõe-se** aprovação de minuta em anexo e adesão voluntária e gratuita do Município de Palmela ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, considerando o disposto nas alíneas m) e d) do n.º 2 do art.º 23.º e ff) e u) do n.º 1 do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Adesão do Município de Palmela ao Pacto Local para a Empregabilidade e o Empreendedorismo Jovem, numerada DDET 01_27-20, intervêm:

O **Sr. Vereadora Pedro Taleço** refere que o PS irá votar favoravelmente a proposta e acrescenta que, obviamente, uma rede, se for bem trabalhada constitui sempre uma mais-valia em relação ao trabalho individual e considera que futuramente deveria haver uma definição mais concreta, por exemplo, quais as ações para desenvolver ações de capacitação no quadro da estratégia de empreendedorismo, como é feita a ligação entre o tecido económico local, os centros de conhecimentos e os jovens e, como é que vão ser efetuadas ou implementadas as ações, portanto, considera que seria importante definir ações, poderia ser apenas uma ou duas para se poder avaliar e adaptar sempre que for possível, porque os objetivos gerais deste pacto são imaculados e se for bem aplicado, bem trabalhado, de forma progressiva, tem tudo para ser uma mais-valia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que estão plasmados os objetivos gerais que, depois, irão seguir-se um conjunto de linhas de ação que irão ser trabalhadas pelo conjunto dos municípios, quer no plano nacional, quer no plano internacional, em articulação com a rede. Refere ainda que estas linhas de ação dependem da dinâmica, não só dos municípios, mas, sobretudo, das associações juvenis e de jovens que possam vir a ser individualmente considerados, para que seja possível ir ao encontro deste objetivo maior que é combater o desemprego e integrar os jovens na vida ativa. Portanto, acredita que este instrumento, vai permitir desenvolver um trabalho muito profícuo a favor dos jovens do concelho.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

PROPOSTA N.º DDET 02_27-20:

«A Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal – AADS, é a principal organização de produtores agrícolas da nossa região e exerce muita da sua atividade no concelho de Palmela. Desde a sua fundação em 1987 que esta associação tem um papel ímpar no apoio à agricultura familiar, no apoio contabilístico e de consultadoria, no preenchimento e acompanhamento de candidaturas aos vários programas rurais, no apoio técnico, na formação e no particular setor orizícola com a gestão e manutenção dos secadores de arroz de Águas de Moura.

Paralelamente a este trabalho de apoio técnico desenvolvido no terreno, a associação ainda representa os agricultores da região em diversos fóruns, como a ADREPES – Associação de

Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, e a Confederação Nacional de Agricultores, organismos onde é associada e membro dos corpos sociais.

A Câmara Municipal de Palmela entende que a agricultura familiar é da maior importância para a sustentabilidade e resiliência do território e para reduzir a dependência alimentar do mercado global, e que o importante trabalho de proximidade desenvolvido por este parceiro é fulcral para a manutenção e desenvolvimento do espaço rural do concelho de Palmela.

Assim, face ao exposto e no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, de acordo com o disposto na alínea u) nº 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

GABINETE DE AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Abertura de Procedimento para Adjudicação de Contrato de Gestão de Eficiência Energética.

PROPOSTA N.º DASU 01_27-20:

«A Autarquia, considerando o programa de Eficiência Energética na Administração Pública – ECO.AP, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro, - que constitui um instrumento de execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) – formou a intenção de, com base na Portaria n.º 60/2013, de 5 de fevereiro, adjudicar um contrato de gestão de eficiência energética a celebrar com uma Empresa de Serviços Energéticos (ESE) com o objetivo de melhorar a eficiência energética global, adotando uma plataforma de gestão de iluminação pública, apresentando e organizando, desde já, um conjunto de medidas de racionalização energéticas.

O Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, integra um regime específico de contratação, criando um procedimento concursal próprio, aplicável à formação e execução de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as ESE.

Neste modelo contratual, as ESE fornecem aos seus clientes as soluções técnicas e o financiamento de medidas de eficiência energética, recebendo como contrapartida uma remuneração assente em poupanças obtidas, durante um determinado período. Deste modo, as

entidades públicas evitam custos de investimento significativos utilizando parte do valor financeiro das poupanças de energia para reembolsar o investimento realizado pela ESE.

Do contrato de gestão de eficiência energética a celebrar, destaca-se ainda a substituição de 19.857 luminárias por equipamentos LED, a instalação e implementação de uma rede LoRaWan. Esta rede, para além de uma abrangência correspondente ao território municipal, constitui um amplo sistema que permite a transmissão de dados de longo alcance com baixo consumo energético, constituindo-se assim a infraestrutura inicial para a construção de uma verdadeira *Smart City* (cidade inteligente), que responda aos múltiplos desafios relacionados com a crescente exigência da melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, com a consequente necessidade de otimização de recursos, planeamento, e avaliação de potenciais ameaças. Estes desafios implicam a captura e tratamento de um enorme volume de dados em tempo real, provenientes de múltiplas fontes e capacidades de análise avançada que possibilitem monitorizar e melhorar a eficiência das operações, coordenar e gerir os esforços de respostas a qualquer tipo de incidente, planear o crescimento de forma sustentável, etc.

Nesse sentido, pretende-se que, de modo integrador, seja contemplado no projeto de eficiência energética uma plataforma de gestão e monitorização das luminárias, a instalar no âmbito do presente projeto, através de uma rede *LoRaWan*, adequada à recolha de informação de diversos sensores e atuadores. Adicionalmente são incluídos neste projeto a realização de dois projetos-piloto no Jardim José Maria dos Santos e Praça da Independência, em Pinhal Novo, nomeadamente monitorização e sensorização de contentores de resíduos, papelerias ou RSU, gestão de regas de jardim e telecontagem da água.

Assim, o objetivo principal da plataforma de gestão e monitorização e da rede de comunicação será o controlo e gestão na nova infraestrutura de iluminação pública do Município e dos projetos piloto a incluir no Caderno de Encargos. A plataforma será instalada em local a definir pelo Município e será o elemento inicial de um futuro Centro Operacional Integrado. As luminárias instaladas no Município, bem como os sensores a utilizar nas provas de conceito, comunicação, com os respetivos sistemas de gestão, através da rede *LoRaWan*. O fornecimento desta infraestrutura é da responsabilidade do concorrente.

Considerando os preços atuais, o custo da energia para a IP na autarquia nos próximos 16 anos rondará os €20.000.000,00. O custo da infraestrutura de IP, infraestrutura da Rede *Smart City*, operação e energia do contrato ESE será de aproximadamente €16.000.000,00. Assim, em termos económicos diretos pode-se inferir sobre uma poupança de cerca de €4.000.000,00 no período de duração do contrato.

A estes valores ainda se podem perspetivar maiores ganhos indiretos da otimização da rede inteligente e se considerarmos esta contabilidade de forma analítica, por exemplo, nas seguintes atividades: telecontagem da água (sem custos de envio das leituras e em tempo real); otimização dos circuitos de recolha de resíduos (adaptando circuitos em tempo real

circuitos apenas aos contentores cujos sensores indicarem que estão cheios); poupança de água nas regas por monitorização remota; monitorização e informação de estacionamento livre para viaturas ou bicicletas (p.ex. no centro Histórico e com recurso a *App* para interagir com o município).

Finalmente em termos ambientais o impacto da intervenção em termos diretos, (ou seja sem considerar os ganhos inerentes à utilização da rede inteligente), prevê-se uma redução de cerca de 41.747 toneladas de CO₂, o equivalente à plantação de cerca de 298.074 árvores ou às emissões de um veículo ligeiro num percurso de 500.958.528 de Km que corresponde, se quisermos ilustrar, a cerca de 12.500 voltas ao planeta.

Neste quadro a Câmara Municipal de Palmela entendeu elaborar na sequência de uma auditoria energética e Plano de Racionalização de Energia (PREN), um procedimento com vista à celebração de um Contrato de Gestão de Eficiência Energética para a iluminação pública no município de Palmela, cabendo, nesta fase, ao órgão competente para a decisão de contratar, ou seja, a Câmara Municipal, deliberar sobre os pontos seguintes:

1. Auditoria Energética e Plano de Racionalização de Energia

O Município de Palmela pretende no quadro da eficiência energética implementar diversas ações, consideradas fundamentais, e contribuir para que Portugal possa alcançar e suplantar os objetivos fixados no âmbito da política nacional de eficiência energética.

É uma preocupação municipal o consumo de energia atual que se reflete em custos elevados para o Município, quer na fatura energética, quer no ambiente. Neste contexto, o Município pretende a substituição da iluminação pública existente por iluminação *LED*, o que se traduz numa poupança significativa dos consumos de energia elétrica, ao mesmo tempo que otimiza os níveis de iluminação e reduz a emissão de gases de efeito estufa contribuindo para a descarbonização do município.

Nesta medida, foi realizada uma auditoria energética que teve como objetivo caracterizar os consumos de energia elétrica dos sistemas de iluminação pública, onde foram identificadas e quantificadas as oportunidades de economias de energia com boa relação custo-eficácia, com vista à elaboração da proposta final dos concorrentes.

Nessa sequência, foi elaborado um Plano de Racionalização de Energia (PREN) que tem como propósito estabelecer, apresentar e organizar um conjunto de medidas de racionalização energéticas, para o contrato de gestão de eficiência energética a celebrar.

Motivos porque se **propõe** a aprovação da Auditoria Energética e do Plano de Racionalização de Energia, pelo órgão competente, documentos que se anexam à presente Proposta.

2. Decisão de contratar e decisão de escolha do procedimento

O procedimento de formação do contrato de gestão de eficiência energética inicia-se com a decisão de contratar e fundamenta-se na necessidade de conceção e implementação de medidas de melhoria da eficiência energética na rede de iluminação pública do Município de Palmela, com vista a proporcionar uma maior economia de energia para esta entidade.

O referido contrato tem como objetivo a intervenção na rede de iluminação pública municipal, com o propósito de substituir todas as luminárias identificadas no Anexo 1 do Caderno de Encargos, por novas luminárias *LED*. Para tal são definidos no Anexo 2 do Caderno de Encargos, os requisitos a que deve responder a instalação para garantia da qualidade e funcionalidade do sistema.

Deste modo, propõe-se que seja proferida, pela Câmara Municipal de Palmela, a decisão de contratar para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no concelho de Palmela, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro e com os fundamentos acima invocados.

Cabe ainda ao órgão competente para a decisão de contratar proferir a decisão de escolha do procedimento e fundamentá-la.

Desta forma, em cumprimento do disposto no artigo 38.º, do CCP, propõe-se que seja decidido, pelo órgão competente para a decisão de contratar, adotar o procedimento concursal próprio, aplicável à formação e execução de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre empresas do sector público, na qualidade de entidades adjudicantes, e empresas de serviços energéticos, previsto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro e cuja tramitação procedimental se encontra regulada no mesmo diploma e subsidiariamente no CCP.

O mencionado procedimento concursal próprio é constituído pelo convite às seguintes empresas de serviços energéticos qualificadas:

- Ferrovial Serviços – NIF 503307483, Avenida Almirante Gago Coutinho n. 144 – 1700 – 033 – Lisboa;
- Virtual Power Solutions SA – NIF 513246690, Ladeira de Paula n.º. 6 – 3040-574 – Antanhol;
- ISETE – Inovação Soluções Económicas Tecnológicas Ecológicas - NIF 507513908, Rua das Novas Empresas 237 – 4785-640 – Trofa;
- Cosair – Engenharia e construção SA – NIF 500023875, Rua do Anjo n. 27 – Mirra de Tilrões – Apartado 2702 – 4700-565 Braga;
- Alferpac – Projetos Assistência e Obras Publicas Lda. – NIF 505895722 – Rua dos Frades n.º. 9 – Algarão – 2475-011 Benedita;

- EDP Comercial, comercialização de energia, SA – 503504564 – Av.24 Julho, 12, 1249-300 Lisboa;
- Ecoinside – Soluções de ecoeficiência e sustentabilidade, Lda. – NIF 507 580 745 - Rua do Rochio, nº 1 - 4405-901 Vila Nova de Gaia.

Com a apresentação das propostas e adjudicação à proposta economicamente mais vantajosa para o Município, nos termos definidos no programa de procedimento anexo à presente proposta.

A adoção deste procedimento concursal permite que as empresas de serviços energéticos identifiquem potenciais poupanças energéticas e apliquem procedimentos com vista a promover ganhos de eficiência energética, potenciando o desenvolvimento de uma política de racionalização de energia do Município, com reflexos na sua fatura final de energia.

Pelo que, se propõe que o órgão competente para a decisão de contratar delibere escolher o procedimento que se encontra previsto e regulado no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro.

3. Aprovar as peças do procedimento

De acordo com o estatuído no n.º 2 do artigo 40.º do CCP, compete ao órgão competente para a decisão de contratar aprovar as peças do procedimento.

Assim, propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar aprove o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, que se anexam à presente Proposta dela fazendo parte integrante.

4. Designar o júri do procedimento e delegar competências

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a designação do júri do procedimento de formação do contrato, ao qual compete conduzir o procedimento e, nomeadamente, proceder à apreciação das propostas, elaborar os relatórios de análise das propostas, proceder à audiência prévia e exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com o disposto nos artigos 67.º a 69.º e 147.º do CCP.

Antes do início de funções, os membros do júri subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, propõe-se que seja designado o júri do procedimento de formação do contrato, com a seguinte constituição:

Membros efetivos:

- Presidente: Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

- 1º Vogal: Dra. Anabela dos Santos Henriques e Sousa, técnica superior da Divisão de Finanças Aprovisionamento e que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2º Vogal: Eng.º Pedro Miguel da Silva Rodrigues Limão, técnico superior do Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética;
- 3º Vogal: Dra. Ana Elísia Monteiro, técnica superior, assessora da vereação;
- 4º Vogal: Dra. Maria Jacinta Merca Pereira, técnica superior da Divisão de Finanças Aprovisionamento;

Membros suplentes:

- 1º Vogal: Dr. Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto, Chefe da Divisão de Finanças Aprovisionamento;
- 2º Vogal: Dra. Maria da Graça Gonçalves Nunes Moura, técnica superior da Divisão de Finanças Aprovisionamento;

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º e no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, propõe-se ainda que seja delegado no Júri do Procedimento de formação do contrato a competência para prestar por escrito esclarecimentos das peças do procedimento, de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

5. Designar o gestor do contrato

Nos termos do disposto no artigo 290.º - A do CCP deve ser designado o gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 290.º - A do CCP, propõe-se que seja designado gestor do contrato o Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, o qual será coadjuvado por engenheiro eletrotécnico a afetar a esta tarefa.

Face ao exposto, **propõe-se** que o órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos e com todos os fundamentos atrás invocados, delibere:

- a) Aprovar a Auditoria Energética e o Plano de Racionalização de Energia, documentos que se anexam à presente Proposta dela fazendo parte integrante;
- b) Proferir, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar para determinação de adjudicatário em Contrato de Eficiência Energética para a iluminação pública no concelho de Palmela;
- c) Escolher o procedimento que se encontra previsto e regulado no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro;

- d) Aprovar, mediante o n.º 2 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento, anexos à presente Proposta dela fazendo parte integrante;
- e) Designar, nos termos do artigo 67.º do CCP, o júri do procedimento de formação do contrato com a constituição atrás referida e delegar a competência prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;
- f) Designar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato o Eng.º João Carlos Alves Faim, Diretor do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, o qual será coadjuvado por engenheiro eletrotécnico a afetar a esta tarefa.

Mais se informa que a despesa resultante da execução do presente contrato tem cabimento na ação do plano 3.2.01.004, a que corresponde a classificação orçamental 03.04/07.01.10.02

Sobre a proposta de Abertura de Procedimento para Adjudicação de Contrato de Gestão de Eficiência Energética, numerada DASU 01_27-20, intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a proposta chegou cerca de meia hora antes de iniciar a reunião, por isso, não teve tempo para ler convenientemente a proposta e por essa razão irá abster-se. No entanto, refere que é um assunto importante e que o Sr. Vereador Pedro Taleço há muito que falava da importância de fazer uma reunião extraordinária para discutir este assunto, mas, de facto, a proposta chegou demasiado tarde e por esse facto, não se sente em condições para a votar.

O **Sr. Presidente** refere que as últimas adendas à proposta foram pequenas correções que não foram assim muito substanciais, sendo que todos tiveram a oportunidade de acompanhar, para além de ter o escrutínio técnico e jurídico sobre esta matéria, mas, de facto, há sempre propostas que pela sua complexidade, exortam algumas dificuldades e por consequência alguns atrasos. Refere ainda que trata-se de uma proposta importante e faz todo o sentido lançar este procedimento o quanto antes, até porque tem sido um processo muito longo e teve de se refazer todo o processo, portanto, considera esta proposta é muito mais vantajosa para o município, uma vez que a anterior proposta tinha apenas duas freguesias e esta abrange todo o município, com a vantagem de uma gestão inteligente e muitos outros fatores, permite monitorizar o comportamento de outros sistemas serviços urbanos que são indispensáveis.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a proposta foi remetida na sexta-feira como é suposto, mas a distribuição compete aos serviços com essa função e que estiveram posteriormente em tolerância de ponto.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não gosta de dar lições de moral a quem quer que seja e, de facto, o Sr. Presidente fez muito bem, quando assumiu, em nome dos serviços, o atraso na entrega da proposta.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o Sr. Presidente não tem de o fazer e acha que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro deve andar com aproximações ao CHEGA no que se refere à estratégia.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a figura da tolerância de ponto existe na lei e se os trabalhadores devem beneficiar dessa tolerância de ponto.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não se trata de um feriado nacional.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que há cerca de um mês que o Sr. Vereador Pedro Taleço anda a dizer que vai apresentar esta proposta, e depois vem agora, culpar os serviços pelo atraso.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que há um regimento que diz como se deve tratar estas situações e o Sr. Vereador Paulo Ribeiro está a ser populista.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que o Sr. Vereador Pedro Taleço passou um atestado de menoridade a todos os trabalhadores da autarquia.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que cumpriu o regimento e considera que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro deve assumir com responsabilidade e seriedade aquilo que profere aqui em reunião de Câmara.

O **Sr. Presidente** refere que não vale a pena haver chatices por causa disto, naturalmente a proposta foi entregue quando foi entregue e as corrigendas foram feitas ainda durante esta manhã, portanto, por vezes, há pequenas situações que demoram mais tempo. Reitera o pedido de desculpa, pelo facto do Sr. Vereador Paulo Ribeiro não ter tido tempo para atempadamente a proposta, mas acredita que isso não impede a apreciação da mesma, até porque é uma matéria bastante pertinente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** regista que existe uma inscrição do público. A saber:

. **Sr. David Leal.**

O **Sr. Presidente** dá a palavra ao senhor Munícipe.

O **Sr. David Leal** cumprimenta os presentes e refere que tem 35 anos, nasceu e foi criado na vila de Palmela e, atualmente desempenha funções como técnico de desporto na E.M. Palmela Desporto. Refere ainda que para uma maior eficácia comunicativa, irá passar a ler uma síntese da situação que o trouxe à reunião de Câmara, exercendo o direito cívico, manifestando a indignação exprimindo uma perspetiva racional: "Licenciou-se no ano 2008, em Ciências do Desporto, pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa e nesse ano

começou a trabalhar na E.M. Palmela Desporto, apendeu a nadar na piscina municipal de Palmela, foi nadador da 1ª geração da competição da empresa, durante mais de 10 anos, foi trabalhador precário e sempre passou recibos verdes, enquanto técnico de desporto pago como licenciado. Em junho de 2019, apresentou para apreciação um requerimento no âmbito do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, pois a empresa lançou um concurso para contratação de técnicos profissionais desporto, o equivalente a técnico auxiliar numa autarquia, supostamente com o intuito de regularizar também a sua situação laboral. Desta pseudo-regularização, resultou a pressão, no domingo, dia 2 de setembro de 2019, no início de época desportiva na E.M. Palmela Desporto, assinar um contrato como técnico profissional de desporto de 1º escalão, segundo a escala indiciária vigente e não como técnico superior de desporto, o que viola o quadro de pessoal da empresa e também o Código do Trabalho. Considera-se vítima de assédio moral e queixa-se de tentativas de real aproveitamento das suas habilitações académicas e profissionais, como mais-valia para a empresa. Sente-se desvalorizado e com a sensação que se pratica alienação consigo. Refere que é da opinião que há um certo ambiente discriminatório contra si, sem perceber a razão objetiva, tendo apenas necessidade de reivindicar direitos e garantias, enquanto trabalhador, o que manifestamente revela ser o oposto da verdadeira democracia.

O **Sr. Presidente** refere que a sessão está a ser gravada e tudo o que aqui for dito fica registado. Agradece a exposição do assunto e pede para que ouça as considerações da mesa sobre a matéria. Refere que tem conhecimento que o Sr. David Leal solicitou um atendimento com o Gabinete da Presidência, mas, neste caso concreto, porque quem acompanha a empresa é o vereador da área, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha que é também o representante do município acionista único na Assembleia Geral e que dá instruções e orientações estratégicas ao Conselho de Gestão. Refere que teve conhecimento que houve um desencontro de oportunidade e de agendas, mas o Sr. Vereador Luís Miguel Calha procurou perceber a razão pela qual o Sr. David Leal tinha interesse em falar com o Presidente, tendo, feito também a identificação do assunto e procurou, obviamente, reunir informação e dar alguns dados para esclarecimento. Depois, em relação às questões que refere, sobre eventual tratamento menos correto, no que diz respeito à sua carreira, contrato ou até essa expressão de assédio moral, são questões que, obviamente, têm de ser comprovadas, mas ainda assim, fazendo fé naquilo que foi descrito, terá também trâmites próprios. Refere que, em 1º lugar, é necessário falar com o Conselho de Gestão, com Sindicatos, com a Autoridade de Condições de Trabalho, com quem o Sr. David Leal assim entender, porque está no direito de lutar e fazer valer os seus direitos, mas pode desde já dizer que, desde 2014, desde que passou a exercer a Presidência desta autarquia e também a responsabilidade para proceder à nomeação do presidente do Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto, a orientação foi para regularizar todas as situações laborais, reconhecendo a especificidade de algumas atividades e também, reconhecendo que há muitas atividades que fogem um pouco aos seus objetivos, mas ainda

bem, porque a empresa para ser sustentável, precisa alargar o âmbito de intervenção e há várias metodologias de contratação de prestadores de serviços. Portanto, a orientação que foi dada, foi no sentido de fazer um contrato de trabalho com quem conseguir fazer um horário completo e que estivesse a recibos verdes. Depois, este Conselho de Gestão, que está em funções desde 2017, é precisamente a partir dessa altura que, optando por uma nova perspetiva sobre as questões da empresa, passaram a escrutinar um pouco mais a questão da quantidade de prestadores de serviço que lá estavam a laborar. Refere que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha tem essa informação, inclusivamente os pareceres jurídicos de um jurista que já não trabalha na E.M. Palmela Desporto e que apontavam no sentido da legalidade deste tipo de vínculos, mas, ainda assim, tem havido um esforço do Conselho de Gestão, apesar de não estar aqui a defender o Conselho de Gestão, mas tem conhecimento dos contratos que têm estado a ser feitos, mas se estão bem-feitos ou não, terão de ir analisar, porque a gestão do dia-a-dia da empresa não é feita diretamente pela autarquia, mas aquilo que é da responsabilidade desta autarquia é escrutinar os instrumentos previsionais, orçamentos, planos de ação e outras questões, sendo que é orientação desta autarquia o acompanhamento da regularização dos contratos e reposicionamentos de carreiras que, até estão pendentes de um processo, que já tem demasiados anos, mas que estava quase a fechar no final do ano passado e que, desde 9 de janeiro não tem tido resposta da outra parte, nomeadamente do sindicato que o representa, para se poder fechar o acordo de empresa que também faz o escalonamento, as progressões e reposicionamentos. No entanto, sobre o caso concreto do Sr. David Leal, refere que desconhece porque poderia fazer considerações em abstrato. Mas, reitera que a autarquia deu instruções para que este Conselho de Gestão, procurasse limpar um conjunto de situações e, face às novas valências que a empresa possa vir e outras que pode desconsiderar vir a ter, que redefinisse o mapa de pessoal da própria E.M. Palmela Desporto e, esta redefinição é valorizando profissionalmente quem progrediu, quem tem habilitações académicas e quem faz o serviço correspondente e, depois há um sistema de prémios ou de reforço do vencimento consoante as responsabilidades das coordenações. Portanto, esta é a orientação política, essa é responsabilidade da autarquia que é a única acionista da empresa.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** inicia o esclarecimento com base no pedido de atendimento dirigido ao Sr. Presidente, efetuado no dia 19, que o delegou na sua pessoa, enquanto representante da autarquia na E.M. Palmela Desporto. Refere que estranhou a resposta que foi dada, passado 3 dias, quando o Sr. David Leal informou que não podia estar presente, depois, passados alguns dias e tendo o seu Gabinete de Vereação tentado estabelecer contacto com o Sr. David Leal para poder aferir qual o horário e os dias que poderia estar disponível, de facto, não conseguiu obter nenhuma resposta da parte do Sr. David Leal por um período de 20 dias. Reitera o que foi dito pelo Sr. Presidente sobre as orientações do município para a E.M. Palmela Desporto são claras e inequívocas, ou seja, valorizar os direitos dos trabalhadores, respeitá-los, integrar os trabalhadores no quando do pessoal da empresa

sempre que assim seja, possível. Mas, obviamente que há uma premissa maior que é o compromisso com a defesa da legalidade, porque é necessário ter em linha de conta a situação financeira da empresa que, neste caso, não colide com o trabalho que tem vindo a ser efetuado de integração de um conjunto de trabalhadores nos últimos anos, sobretudo, a partir do momento em que o Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto obteve um parecer diferente do anterior Conselho de gestão, em relação às questões de integração profissional. Refere ainda que não vai tratar aqui, em reunião de Câmara, desta questão individual do trabalhador, porque considera que não será correto, aliás nem deste ou de qualquer outro trabalhador da E.M. Palmela Desporto, os quais considera que merecem a devida reserva e até para proteção dos próprios trabalhadores, portanto, quando o Sr. David Leal falou aqui em matérias como o assédio moral, maior gravidade reveste esta situação e, considerando que a situação é muito grave, recomenda que tais afirmações devem ser provadas, sob pena do Sr. David Leal, poder eventualmente passar de acusador a acusado. Portanto, sugere que o Sr. David Leal solicite uma reunião ao Presidente do Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto, para apresentar todas estas questões, sem prejuízo, obviamente, de manter a disponibilidade enquanto representante da autarquia na empresa para ouvir o Sr. David Leal sobre estas questões, por isso, reitera a total disponibilidade para agendar esse atendimento.

O **Sr. Presidente** questiona o Sr. Vereador Luís Miguel Calha se há ou não concursos abertos e a decorrer, porque em todas as reuniões do Conselho de gestão tem havido, tanto quanto sabe, apesar de não conhecer número ou as categorias, tem havido deliberações de sucessivas aberturas de concursos.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que tem havido sucessivas aberturas de concursos e irá abrir um concurso para 3 lugares de técnico superior.

O **Sr. Presidente** questiona o Sr. David Leal se tem conhecimento da abertura deste concurso.

O **Sr. David Leal** refere que em primeiro lugar, veio a reunião de Câmara porque o Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto está a par da situação e porque também solicitou por diversas vezes esclarecimentos sobre esta situação. Depois, referiu e tem como provar que é vítima de assédio moral, apesar de não desenvolver o assunto, até porque no início da intervenção, referiu que iria fazer uma síntese da sua situação. Depois, refere que não foram 20 dias, foram menos e houve outros contextos e, apenas na sexta-feira foi enviado um e-mail genérico para a abertura de mais um concurso, uma cortina de fundo, se lhe permitem a expressão, como foi o concurso para Técnico Profissional de Desporto, em 2019, ao qual explicou a razão de não seguir em frente e que até apresentou o requerimento do PREVPAV e que, até à data, teve sempre uma resposta de ignorância, negativa e ainda mais grave, foi remeterem resposta a referir que só poderia ver a sua situação regularizada através daquele concurso e chama a atenção que tem guardado essa troca de mensagens. Refere ainda que enviou um segundo requerimento referente a um regime de incumprimento e de proteção para

o senhor Vice-presidente de Adilo Costa, para o Sr. Presidente do Conselho de Gestão, tendo coincidido com os meses de julho e agosto, numa altura em que estava na indefinição e, mais, em julho de 2019 já tinha sido apresentado numa reunião de final de época aos pais e atletas como treinador, mais um cargo que exerce, ou seja, mais uma acumulação e sobrecarga de tarefas e, no dia 2 de setembro, numa segunda-feira e obteve uma resposta que poderia aqui ler, mas aí estaria a especificar a situação toda, apesar de nem ter sequer mencionado outros tantos casos sobre as pseudo-regularizações que estão a ser feitas e, só no domingo, dia 1, é que o Sr. Presidente do Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto, envia um email a referir-lhe que era livre de fazer o que bem entendesse e de reclamar onde quisesse. Portanto, esteve mais de 10 anos e, considerando-se como sendo uma pessoa idónea, competente, profissional e assíduo, a passar recibos verdes, precário e como licenciado e não como não licenciado e, quando apresentou este requerimento que parece ter sido quase sonogado, fizeram de tudo para que integrasse na E.M. Palmela Desporto, como técnico auxiliar do 1º escalão. Depois de ter havido uma intervenção da ACT, só no âmbito do reconhecimento em que foi precário e depois de ter ido para o Ministério Público e não para um juiz de trabalho, na qual a E.M. Palmela Desporto esteve representada pelo Sr. Presidente e pela Dra. Cláudia Moisão, em que o próprio magistrado do Ministério Público considerou estranho, porque não reconheciam o mês de agosto e insistiam que a relação laboral fique de setembro de 2008 a julho de 2019 e, isto, acabou por resultar, no âmbito do Código de Trabalho, como disse e bem, não há instrumento de regulamentação coletiva de trabalho nesta empresa há mais de 20 anos, como funcionário, acabou por perder a antiguidade e a E.M. Palmela Desporto cessou a relação laboral consigo e voltou a readmitir, mas em prejuízo da sua categoria profissional e, agora, aparecem estes pseudo concursos, no final do ano, para técnico superior de desporto, no qual pergunta se isto é de facto regularizar alguma situação, aliás, quando a atual diretora, por exemplo, quando a contrataram e a regularizaram para técnica superior, porque é licenciada e, em janeiro deste na, o único técnico superior que está nesta empresa é o Sr. Carlos Gertrudes, da parte dos recursos humanos, quando o Sr. Presidente do Conselho de Gestão José Barreto lhe referiu que no último trimestre de 2019 e, passa a citar, “em 2020 vai aplicar o PREVPAP de outra forma”, portanto, não aplicou de nenhuma forma.

O **Sr. Presidente** refere que desconhece se a questão é a aplicação do PREVPAP, mas é uma questão para ser apreciada pelos juristas.

O **Sr. David Leal** refere que não foi apreciada nem pela autarquia nem pelo Conselho de Gestão.

O **Sr. Presidente** refere que não poderia ser apreciada pela autarquia, uma vez que o Sr. David Leal não é trabalhador do município.

O **Sr. David Leal** refere que fez o enquadramento desse contexto e lá consta a Administração Local que explica tudo.

O **Sr. Presidente** refere que a E.M. Palmela Desporto pertence à administração local, mas é para isso que servem os juristas e importava, de facto, reunir com o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, porque considera importante que conheça a versão do Sr. David Leal, com todos esses aspetos e depois, procurar junto do Conselho de Gestão para perceber se estas situações estão a ser ou não bem-feitas, porque tem consciência que por causa de um entendimento jurídico, durante anos, esta situação não foi considerada, havendo até um entendimento diferente sobre a questão do PREVPAP, tendo sido questionado o anterior Presidente do Conselho de Gestão que apresentou um parecer que apontava num sentido diverso, aliás, nessa altura, o município também teve dúvidas e foi por isso, que politicamente, foram dadas orientações para que se procedesse à regularização, independentemente de subsistir algumas dúvidas. Considera que é fundamental que se regularize estas situações, mas em relação a antiguidades e anos de serviço, será a justiça a decidir. Reconhece que, mesmo com o ACEP, há muitos trabalhadores da empresa, alguns contratados há muitos anos e que estão, neste momento, a receber menos do que outros trabalhadores que estão a ter agora a situação regularizada, porque a regularização está também relacionada com o valor que eram pagos de outra forma, causando injustiças internamente, mas salienta que essa questão só se resolve com a aprovação do ACEP que está pendente, desde o dia 9 de janeiro, não há reuniões, contudo, pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha deu instruções ao Conselho de Gestão, há pouco tempo, para a E.M. Palmela Desporto convocar o Sindicato, porque é importante que esse instrumento seja aprovado, uma vez que dá a possibilidade de proporcionar a progressão ou reposição, de acordo com o escalonamento que é muito mais vantajoso do que aquele que existe na autarquia, porque foram considerados um conjunto de direitos que felizmente, foram bem negociados e são vantajosos para os trabalhadores da E.M. Palmela Desporto comparativamente com os técnicos do município. Portanto, considera que é importante ouvir a opinião do Sr. David Leal com todos esses dados que pode e deve apresentar e também para que possa ouvir a versão do Sr. Presidente do Conselho de Gestão, através das informações recolhidas pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha no que diz respeito ao processo, para que possa haver um entendimento entre as partes.

O **Sr. David Leal** refere que além de um acordo coletivo, também há um quadro de pessoal que ainda está em vigor e, também essa situação deveria ser respeitada, mas, obviamente, que irá agendar uma reunião com o Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

O **Sr. Presidente** sugere até que no final da reunião de Câmara possam acertar uma data e depois, ver com todo o detalhe, com calma, para se perceber se há alguma situação que não está a ser feita, mas este é um processo que tem tido várias vicissitudes, que surgiram no passado, na empresa, mas que acontecem porque resulta de uma tentativa em regularizar, mas se está a ser bem conduzido ou não, naturalmente que o município também quer saber para poder dar instruções ao Conselho de Gestão, que em resultado de uma boa direção de recursos humanos e uma boa assessoria jurídica, tem sido possível, nos últimos anos fechar os

processos a contento das partes, uma vez que entendem que a E.M. Palmela Desporto precisa de trabalhadores motivados e tranquilos, evitando haver desencontros, quando o objetivo é regularizar, para não deixar ninguém de fora e, isso está a ser feito com toda a gente, seja através de contratos, de protocolos com entidades externas, com federações, para tentar acabar com uma série de prestações de serviços e de relações que contratualmente podem ter esta figura de contrato de trabalho. É isso que o município defende politicamente e partidariamente e, é isso que pretendem que seja aplicado na E.M. Palmela Desporto.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e cinquenta e oito minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco